



Anais da Assembléia

Nº 52

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 14 DE MAIO DE 1990

ANO XVI

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 33.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 14 DE MAIO DE 1990
(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado, secretariada pelos Senhores Deputados Nilton Barbosa e Hermas Brandão.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessuti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acir Mezzadri, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Artagão Matos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Alves, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Luciano Pizzatto, Luiz Carlos Alborghetti, Mário Pereira, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Renato Adur, Rubens Bueno, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert. (49). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Duílio Genari, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luiz Antonio Setti e Pedro Tonelli. (05)

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Lúcio Machado) -
Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE - (Tadeu Lúcio Machado)
Em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - (Pela Ordem) Senhor Presidente, requeiro verificação de votação da Ata.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Lúcio Machado) - A Mesa defere e procederá à verificação de votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI - (Pela Ordem) Senhor Presidente, requeiro a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Lúcio Machado) A Mesa defere e solicita ao Senhor 1º Secretário que proceda à chamada nominal dos Senhores Deputados.
(É procedida à chamada nominal dos Senhores Deputados).

29 Senhores Deputados responderam à chamada.

Em votação a Ata. - Aprovada.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Indicações:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

A Liderança do Partido Democrático Trabalhista - PDT, através do Deputado Valderi Mendes Vilela, de conformidade com o regimento Interno desta Casa de Leis, vem a presença de Vossa Excelência indicar os Deputados Algaci Túlio e Namir Piacentini para a Comissão de Orçamento, sendo o primeiro na condição de Titular e o segundo na condição de Suplente.

Sendo o que apresentamos para o momento, aproveitamos o ensejo para reiterar nossos protestos de alta estima e considerações.

Sala das Sessões, em 14.05.90.

(a) VALDERI MENDES VILELA
Líder do PDT

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Dirijo-me a Vossa Excelência com a finalidade de indicar os membros do Partido da Frente Liberal para as Comissões Parlamentares de Inquérito, instituídas pelo "Ato do Presidente n. 01/90" e "02/90", a saber:

Comissão "que pretende apurar a situação das reservas indígenas":

Titular: Deputado João Arruda

Suplente: Deputado Antônio Costenaro Neto.

Comissão "que objetiva averiguar eventuais irregularidades na área fazendária"

Titular: Deputado Leônidas Chaves

Suplente: Deputado Duílio Genari

Aproveito a oportunidade para renovar meus votos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 14.05.90.

(a) JOÃO ARRUDA

Líder do PFL

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Pelo presente, na qualidade de Líder da Bancada do PSDB nesta Casa, vimos indicar os Senhores Deputados Acir Mezzadri e Antônio Martins Annibelli para comporem a Comissão Parlamentar de Inquérito - BINGÃO, como membro titular e suplente respectivamente.

Certo de sua atenção, renovo meus protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 14.05.90.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

Líder do PSDB

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja um Parlamentar indicado para representar o Poder Legislativo dia 15 de junho de 1990, na cidade de Medianeira.

Sala das Sessões, em 14.05.90.

(a) WERNER WANDERER

JUSTIFICATIVA:

A reunião que se realizará dia 15 de junho de 1990 em Medianeira, será da mais alta significação, onde estarão presentes Lideranças de Medianeira e Municípios vizinhos, pois o assunto em questão diz respeito a reabertura da Estrada do Colono, que é a preocupação e aspiração de toda aquela região do Paraná.

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 1231

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER ao Plenário votação em Regime de Urgência, ao Projeto de Lei n. 293/90, que altera disposição de lei que criou a Carteira de Previdência complementar dos Servidores do Poder Judiciário (Lei n. 7567 de 08.01.82).

Sala das Sessões, em 14.05.90.

(a) HERMAS BRANDAO

REQUERIMENTO N° 1233

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve este, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o plenário, regime de urgência, para o Projeto de Lei n. 195/90, que disciplina e distribui os valores advindos com a imposição de multa motivada pelo desrespeito às normas de trânsito, visto a necessidade de regularização da matéria.

Sala das Sessões, em 14.05.90.

(a) RAFAEL GREÇA

REQUERIMENTO N° 1242

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, respeitosamente, inclusão na Ordem do Dia do próximo 16 de maio, Quarta-feira e o competente Parecer da Comissão Geral de Plenário, do Projeto de Lei n. 046/90 que concede pensão de dois salários-mínimos para a viúva do ex-Prefeito Ivo Feiten.

Sala das Sessões, 14.05.90.

(a) JOÃO ARRUDA

REQUERIMENTO N° 1220

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a inclusão do Projeto de Lei n. 265/90 na Ordem do Dia e parecer pela Comissão Geral.

Sala das Sessões, em 14.05.90.

(a) RAUL LOPES

REQUERIMENTO N° 1263

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, a inclusão imediata na Ordem do Dia, do Projeto de Lei n. 349/88, ex-Mensagem n. 132/88, de autoria do Poder Executivo, que objetiva a alienação da Prisão Provisória do Ahú, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 14.05.90.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 1219

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a inclusão do Projeto de Lei n° 264/90, na Ordem do Dia e Parecer Pela Comissão Geral, que trata de veículos automotores das Estatais desativadas.

Sala das Sessões, em 14.05.90.

(a) RAUL LOPES.

REQUERIMENTO N° 1244

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei n° 227/90, referente ao artigo 1° da Lei n° 9.057/89 e suas modificações na redação.

Sala das Sessões, em 14.05.90.

(a) ORLANDO PESSUTI.

REQUERIMENTO N° 1243

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei n° 204/89, referente a estadualização e denominação do trecho da Rodovia PR-082, compreendido entre a sede do Município de Jardim Alegre e a sede do Município de Grandes Rios, passando pela Comunidade de Barra Preta e Balda do Marolo.

Sala das Sessões, em 14.05.90.

(a) ORLANDO PESSUTI.

REQUERIMENTO N° 1238

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, respeitosamente, inclusão na Ordem do Dia do próximo 16 de maio, Quarta-Feira e o competente PARECER DA COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO, do Projeto de Lei n° 043/90 que denomina ATILIO CHAVES a estrada entre a localidade de VISTA ALEGRE até a PR-471.

Sala das Sessões, em 14.05.90.

(a) JOÃO ARRUDA.

REQUERIMENTO N° 1239

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, respeitosamente, inclusão na Ordem do Dia do próximo 16 de maio, Quarta-Feira e o competente PARECER DA COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO, do Projeto de Lei n° 045/90 que concede pensão de dois salários-mínimos para a viúva do ex-Prefeito Antonio Cantelmo.

Sala das Sessões, em 14.05.90.

(a) JOÃO ARRUDA.

REQUERIMENTO N° 1240

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, respeitosamente, inclusão na Ordem do Dia do próximo 16 de maio, Quarta-Feira e o competente PARECER DA COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO, do Projeto de Lei n° 044/90 que denomina RICIERI CELLA a estrada Francisco Beltrão - Verê.

Sala das Sessões, em 14.05.90.

(a) JOÃO ARRUDA.

REQUERIMENTO N° 1241

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, respeitosamente, inclusão na Ordem do Dia do próximo 16 de maio, Quarta-Feira e o competente PARECER DA COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO, do Projeto de Lei n° 047/90 que concede pensão de dois salários-mínimos para a viúva do ex-Prefeito Atílio Chaves.

Sala das Sessões, em 14.05.90.

(a) JOÃO ARRUDA.

REQUERIMENTO N° 1247

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pela Resolução n° 112/86, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, dispensa da discussão e votação para os projetos aprovados em 3ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 14.05.90.

(a) HERMAS BRANDÃO.

REQUERIMENTO N° 1261

Senhor Presidente.

O presente Deputado que subscreve, solicita seja retirado da Ordem do Dia por 20 (vinte) sessões o Projeto de Lei n° 202/90.

Sala das Sessões, em 14.05.90.

(a) PAULO FURIATTI.

REQUERIMENTO N° 1235

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no exercício de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja nomeada uma Comissão Especial de Deputados para representar este Poder Legislativo, em audiência com o Ministro da Agricultura, no dia 15.05.90, às 09:00 horas, em Brasília.

Sala das Sessões, em 14.05.90.

(a) ORLANDO PESSUTI.

JUSTIFICATIVA:

No dia 25 próximo passado, este Poder Legislativo, através do Bloco Parlamentar Agropecuário e Comissão de Agricultura, foi realizado o I Fórum de Debates sobre as Medidas Econômicas e seus Reflexos na Agropecuária.

No evento em apreço foi obtido um documento conclusivo, do qual constaram várias reivindicações, subscritas por todas as entidades participantes também, naquela ocasião ficou definida que seria formada uma comissão, que teria a incumbência e a responsabilidade de, em audiência junto ao Ministro da Agricultura, gestionar pelo acatamento das reivindicações através do Governo Federal.

REQUERIMENTO N° 1253

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, com fundamento no disposto do art. 35 do Regimento Interno, REQUER; após ouvido o Douto Plenário, a Constituição da Assembléia, em

COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO para o dia 15.05.90, durante a sessão plenária para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 35/90, que cria o Município de Guaraituba, desmembrado de Colombo.

Sala das Sessões, em 14.05.90.

(a) PIRAJÁ FERREIRA.

REQUERIMENTO N° 1237

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos deste Poder, VOTO DE PROFUNDO PESAR pelo passamento, nesta data, do ex-Vereador EDGAR FELIPE DANTAS PIMENTEL.

Sala das Sessões, em 14.05.90.

(a) ALGACI TÚLIO.

JUSTIFICATIVA:

Nascido na cidade paranaense de Castro, em 31 de maio de 1932, EDGAR FELIPE DANTAS PIMENTEL considerava-se um curitibano, já que para cá veio na infância.

Amava a cidade como poucos e exatamente por isso foi eleito Vereador à Câmara Municipal, com expressiva votação, o que denotava sua popularidade e prestígio junto às diversas camadas sociais.

Foi, por duas vezes, Presidente da Câmara Municipal de Curitiba, num claro reconhecimento ao seu brilhante desempenho parlamentar.

Exerceu, interinamente, a Prefeitura Municipal de Curitiba - o posto maior da cidade que sempre amou e defendeu.

É figura grata para todos nós que, havendo chegado depois, soubemos lhe admirar e confiar. Por isso deixa saudades e seu passamento não poderia deixar de ser registrado nos Anais deste Poder.

Dê-se ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 14.05.90.

(a) ALGACI TÚLIO.

REQUERIMENTO N° 1217

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja inserido em Ata da presente sessão, "VOTO DE PROFUNDO PESAR" pelo passamento da Sra. MARIA DE LOURDES RIBEIRO MATOSKI, natural de Ponta Grossa, nascida a 02 de novembro de 1922, ocorrido em data de 09 de maio do ano em curso, naquela cidade.

Pertencente à tradicional família princesina, a Sra. Maria de Lourdes era viúva do Sr. Judito Matoski e deixa os seguintes filhos: Roberto, Gilberto e Regina, bem como 4 netos.

O lamentável acontecimento sensibilizou profundamente a sociedade pontagrossense, onde a mesma gozava do mais elevado conceito e admiração dos muitos amigos que

Curitiba, segunda, em 14.05.90

possuía, não apenas pelo seu espírito empreendedor e de liderança, na defesa dos interesses da comunidade da qual participava, mas, principalmente pela interessante pessoa humana que era, amiga, mãe exemplar e esposa dedicada.

Desta decisão, REQUER, ainda, seja dada ciência à família enlutada no seguinte endereço: Quadra I, n° 3, Vila 31 de Março, Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 14.05.90.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

REQUERIMENTO N° 1218

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja inserido em Ata da presente sessão, "VOTO DE PROFUNDO PESAR" pelo passamento do Sr. JOÃO MARENDIA, ocorrido em Ponta Grossa, em data de 09 de maio do ano em curso, com a idade de 67 anos.

Perde a sociedade princesina um dos seus mais ilustres profissionais da imprensa, figura singular, que se destacou ao longo desses vinte anos de serviços prestados à comunicação, mais precisamente ao DIÁRIO DOS CAMPOS, pela capacidade e espírito empreendedor, qualidades que lhe eram peculiares e se constituíam o seu registro, de Jornalista dinâmico, personalidade ativa e, principalmente um amante da arte de divulgar, trabalho que realizava com primor e dedicação, a quem a imprensa de Ponta Grossa, e por extensão, a paranaense muito deve. Receba hoje ARIOVISTO JUNIOR, a nossa homenagem em nome da população princesina, como reconhecimento e gratidão por tudo que realizou em seu nome e do engrandecimento de Ponta Grossa.

Da decisão do Plenário, REQUER, ainda, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 14.05.90.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

REQUERIMENTO N° 1257

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor CARLOS AUGUSTO ALDENUCCI e seu filho GUSTAVO ALDENUCCI.

Sala das Sessões, em 14.05.90.

(a) NEIVO BERALDIN.

REQUERIMENTO N° 1264

Senhor Presidente.

Propomos um voto de pesar pelo falecimento do estimado Carlos Augusto Adenucci (Cacá) e de seu filho menor Gustavo, ocorrido na tarde de ontem, em Curitiba. O infausto acontecimento roubou a vida de um jovem promissor, que ocupava uma destacada

assessoria do Governador Álvaro Dias iniciava agora uma promissora carreira política.

A formação moral, o interesse pelos assuntos da comunidade e seu sentido de verdade, e justiça e de dever eram do mais alto destaque, motivo porque sua morte inesperada nos levou a todos a nos associarmos à dor da família por uma perda tão sentida.

Requeremos mais, que da manifestação desta Casa seja dada ao conhecimento da família pranteada e assinalada nos Anais para a memória do sempre lembrado Carlos Augusto e seu filhinho Gustavo.

Sala das Sessões, em 14.05.90.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEAO.

REQUERIMENTO N° 1234

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, e, após ouvido o Plenário, REQUER, voto de profundo pesar, pelo falecimento do Senhor PEDRO ZANONI, ocorrido na Cidade de Andirá, no último sábado, deixando viúva a Senhora MARIA ASTOLPHO ZANONI e os filhos, JOAO, GUIDO, LUIZA, ANGELO, LUIZ e MARIA.

Pede que deste registro seja dado conhecimento à esposa do mesmo e seus familiares, residentes naquela cidade, à Rua Minas Gerais, 206.

Sala das Sessões, em 14.05.90.

(a) HERMAS BRANDAO.

REQUERIMENTO N° 1254

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, requer o registro, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, desta Assembléia Legislativa, de voto de congratulações com a Associação dos Professores do Paraná-Sindicato, pelo posicionamento em favor da manutenção dos serviços assistenciais médico-odontológicos por parte do Instituto de Previdência do Estado-IPE.

Sala das Sessões, em 14.05.90.

(a) JOAO ARRUDA.

JUSTIFICATIVA:

A anunciada decisão do governo estadual de acabar com a prestação de serviços assistenciais médico-odontológicos, por parte do IPE, transferindo-os para o SUS, não corresponde aos desejos e às necessidades do funcionalismo público estadual. Ao contrário, os servidores querem é que o IPE melhore seu atendimento. E, para isso, exige que o Governo do Estado repasse ao órgão os 3% correspondentes à folha dos funcionários, conforme previsto na Lei Orgânica do Estatuto do IPE, com o reforço do dispositivo constitucional nesse mesmo sentido.

Esse posicionamento está bem claro e definido no Editorial, subscrito por Luiz Teodoro Garcia, segundo vice-presidente da APP-Sindicato, que abre a publicação "Folha do Professor", de n° 266, edição de 12 do corrente mês, na Folha de Londrina.

Para o servidor, o fim da assistência médico-odontológica do IPE é sem dúvida uma perda irreparável. Afinal, o órgão é um patrimônio do funcionário público, que para ele contribui todo mês com 8% de seus já parcos vencimentos, enquanto o Estado se omite, deixando de recolher a contribuição de apenas 3% que lhe é devida.

E mais: pretender que a assistência aos servidores passe para a responsabilidade do SUS, é querer nivelar por baixo uma assistência que já não é das melhores. Basta que se atente para as filas nos corredores do INAMPS, a crônica falta de vagas nos hospitais e as freqüentes mortes por falta de assistência dos segurados da Previdência.

Ora, se a pretensão é universalizar a assistência previdenciária, igualando-a para todos, então que, antes, se melhore o atendimento do INAMPS. Ou se prove que o SUS vai mesmo funcionar a contento. Antes disso, privar os associados do IPE da assistência que recebem do órgão é simplesmente inadmissível.

Assim, quando uma entidade representativa de parte dos servidores se levanta contra a infeliz iniciativa, é de se louvar essa atitude, que, aliás, deveria ser encampada por todas as demais. Afinal, é a sorte do servidor, naquilo que ele tem de mais importante - a preservação de sua saúde - que está em jogo.

Exatamente por isso é que se nos parece oportuno transcrever, para registro nos Anais, o referido Editorial da Folha do Professor, como sinal de alerta contra a ameaça que pesa sobre o funcionalismo público estadual.

REQUERIMENTO N° 1236

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a consignação de VOTOS DE CONGRATULAÇÕES pelo transcurso da magna data, 13 de maio, em que comemora o DIA DO ZOOTECNISTA.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência às seguintes pessoas:

- Odinete Murari - Presidente da AZOPA
Parque de Exp. Pres. Garrastazu Médice
Av. Colombo s/n° - 87100 Maringá-Pr.
- Elvandro e Carvalho - Pres. Reg. AZOPA
Sec. do Trabalho e Ação Social
Rua Dep. Mário de Barros, s/n° C. Cívico
Curitiba-Paraná
- Luiz Fernando Brandaine - Emater-Pr
Rua Bandeira, 171 - Curitiba-Pr

Rosalino Zat - Emater - PR
Rua da Bandeira, 171 - Curitiba- Pr
Sala das Sessões, em 14.05.90.
(a) ORLANDO PESSUTI.

REQUERIMENTO N° 1248

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, REQUERER, ouvido o Plenário, voto de Congratulações ao Sr. Luiz Sergio de Paula Knopki pelo esforço na concretização do I Simpósio sobre Conservação Ambiental e Desenvolvimento Florestal do Cone Sul.

Sala das Sessões, em 14.05.90.

(a) LUCIANO PIZZATTO.

JUSTIFICATIVA:

O Sr. Sergio de Paula Knopki é Servidor da SEAB, sendo que seu desempenho frente a organização do Simpósio merece destaque pelo esforço com que conduziu os trabalhos resultando no êxito daquele evento, fato este que nos leva a pleitear o reconhecimento por parte desta Casa.

REQUERIMENTO N° 1227

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso exercício de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja registrado e comunicado ao Excelentíssimo Sr. Dr. José Moacir Favetti, Digníssimo Secretário de Estado da Segurança Pública, Moção de Apoio deste Poder, a iniciativa deflagrada contra a realização do "Concurso Contravencional dos Bingões", de promoção e objetivos obscuros que lesam a economia popular.

Sala das Sessões, em 14.05.90.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO.

JUSTIFICATIVA:

A permissividade desabrida que se implantou neste País, merece, mesmo que por atitudes isoladas, corajosas, de autoridades públicas combativas, um gesto de repúdio veemente que reestabeleçam os parâmetros verdadeiros e inabaláveis da convivência social. Não é possível que convivamos com desajustes sociais impingidos sem o esclarecimento prévio dos objetivos que se busca colimar. Mais do que a paternidade dessas promoções espúrias que assolam a economia "minguada" dos incautos a atitude do Senhor Secretário de Segurança Pública, se eleva em nosso conceito, porque obrigatoriamente inaugura uma fase de respeito aos interesses coletivos.

REQUERIMENTO N° 1232

Súmula: De envio de moção de aplauso ao Secretário da Cultura e ao presidente do Centro Acadêmico Hugo Simas, da Faculdade de Direito da UFPR, com cópia para o

Magnífico Reitor da UFPR e para o professor Alfredo de Assis Gonçalves Neto, diretor da Faculdade de Direito; pela retomada da sede histórica do CAHS, em Curitiba. Senhor Presidente.

Rafael Greca, Deputado que este subscreve, REQUER a inserção nos Anais da Assembléia de moção de aplauso e apreço à idéia conjunta da Secretaria de Estado da Cultura e da atual Diretoria do Centro Acadêmico Hugo Simas para retomar o uso acadêmico da sede histórica do Centro Hugo Simas, nos últimos anos desvirtuada, alugada a uma "Casa de Benção" alienadora. Firma-se assim mais um ponto cultural, a partir de um endereço que sempre foi de resistência democrática, e por isso já é histórico para o Paraná e para a própria memória do Estado de Direito e da Cultura Nacional.

Sala das Sessões, em 14.05.90.

(a) RAFAEL GRECA

REQUERIMENTO N° 1245

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no exercício de suas prerrogativas parlamentares, REQUER, a Vossa Excelência - que, após consultado o Douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário das Finanças, sugerindo gestões para que o pagamento do ICMS e outros tributos devido ao Estado, seja em cruzados, e prorrogado às operações até o próximo dia 18.

Sala das Sessões, em 14.05.90.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

Não obstante o teor do Aviso n. 282, do Ministério da Economia, e da Circular-BC n. 1709, que vetam o pagamento do ICMS em cruzados novos, quando relatório ao período de apuração posterior a 31.03.90. O Governo do Estado de São Paulo, caleado em parecer de sua Procuradoria Jurídica que embasou-se na edição da Medida Provisória n° 184, de 04 deste mês, vem permitindo que o contribuinte paulista recolha todos os impostos estaduais, cujos fatos geradores se registram até o próximo dia 18, sexta-feira. Mas, se o vencimento pode ser antecipado para o dia 18, data fatal proposta na sobremencionada MP, não é difícil discernir-se o grau de benefícios que a iniciativa dessa natureza ofereceria também ao combalido contribuinte paranaense, em aperto de liquidez.

Com urgência, ainda é possível implantar-se aqui.

REQUERIMENTO N° 1262

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado

à Companhia de Saneamento do Paraná, SANEPAR, Expediente Oficial solicitando as providências necessárias para o equacionamento dos problemas responsáveis pela interrupção no abastecimento de água às residências localizadas no jardim Roma e Anita Garibaldi, na Cachoeira, Município de Almirante Tamandaré.

Sala das Sessões, em 14.05.90.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Através do abaixo-assinado que segue anexo, a SANEPAR poderá aquilatar as dificuldades enfrentadas pelas centenas de famílias das localidades em questão, decorrentes das constantes interrupções no abastecimento de água.

Essas interrupções acabam por prejudicar a normalidade da vida da população local, inclusive, quanto ao asseio e manutenção dos padrões mínimos de higiene, requeridos como forma de evitar a propagação de doenças e epidemias das mais diversas espécies.

Outra preocupação é a de que, sendo os subscritores do abaixo-assinado contribuintes das taxas de saneamento, é inadmissível que sejam penalizados com essas interrupções no abastecimento, sobretudo, com uma Companhia tão eficiente e prestimosa como é a SANEPAR.

Que do presente se dê ciência à Associação de Moradores do Jardim Roma e Anita Garibaldi, à Prefeitura Municipal e aos Vereadores de Almirante Tamandaré.

REQUERIMENTO N° 1250

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio ao Presidente do ITCF - Instituto de Terras, Cartografia e Florestas, Dr. Stênio Sales Jacob, pedido de informações visando análise da Lei de Meio Ambiente e a proposta de criação do IPAMA, observando-se os seguintes itens.

1. - Que seja informado o número de processos de restituição de áreas desmatadas visando a redução de multas, ano a ano, pendentes nesta instituição até a presente data;

2. - Relacionar os principais motivos das pendências.

Sala das Sessões, em 14.05.90.

(a) LUCIANO PIZZATTO

JUSTIFICATIVA:

As informações solicitadas visam subsidiar no estudo da proposta de criação do IPAMA e na análise da lei de meio ambiente.

REQUERIMENTO N° 1249

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio ao Presidente do ITCF - Instituto de Terras, Cartografia e Florestas, Dr. Stênio Sales Jacob, pedido de informações visando a análise da Lei de Meio Ambiente e a proposta de criação do IPAMA, observando-se os seguintes itens.

1. - Que seja informado o número de funcionários de nível superior, técnico, administrativo, auxiliares e outros serviços desta instituição por escritório regional;

2. - O número de veículos e demais equipamentos móveis, por escritório regional;

3. - O número, nome, categoria profissional de todos os funcionários do ITCF que exerçam função em outros órgãos e sua listagem nominal com o órgão a que estão lotados, e a origem do ônus de seu salário;

4. - A listagem nominal de todos os funcionários de outros órgãos que prestam serviços ao ITCF, com descrição da origem do ônus e a função atualmente exercida.

Sala das Sessões, em 14.05.90.

(a) LUCIANO PIZZATTO

JUSTIFICATIVA:

As informações solicitadas visam subsidiar no estudo da proposta de criação do IPAMA e na análise da lei de meio ambiente.

REQUERIMENTO N° 1226

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, na forma regimental e no uso de suas atribuições constitucionais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado ao Senhor Secretário de Estado da Saúde o seguinte:

PEDIDO DE INFORMAÇÕES

1. - Por qual razão foram suspensas pela Secretaria "cirurgias ortopédicas eletivas que impliquem no uso de prótese e órteses"?

2. - Por qual razão foram suspensas as autorizações de internamento hospitalar para os pacientes com problemas ortopédicos?

Sala das Sessões, em 14.05.90.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Desnecessário falar das enormes dificuldades encontradas, no dia-a-dia, pelos deficientes ortopédicos. São pessoas que, nascidas ou mutiladas, perderam um membro e têm de enfrentar a sociedade, nos seus mais diversos aspectos, a fim de vencer as barreiras do preconceito e da ignorância. Para essas pessoas a cirurgia ortopédica eletiva para uso de prótese e órteses é um importante mecanismo que capacita o indi-

víduo a participar ativamente da sociedade.

Inexplicavelmente, entretanto, há trinta dias, a Secretaria de Saúde suspendeu esse tipo de cirurgia, bem como as autorizações de internamentos hospitalar para esses pacientes.

Desconhecendo as razões que levaram a Secretaria a tomar essas decisões, pedimos os esclarecimentos da Secretaria acionada, apelando, ao mesmo tempo, a fim de que seja retomado, através do sistema estadual de saúde, o atendimento aos deficientes ortopédicos.

REQUERIMENTO N° 1251

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio ao Presidente do ITCF - Instituto de Terras, Cartografia e Florestas, Dr. Stênio Sales Jacob, pedido de informações visando análise de Lei de Meio Ambiente e a proposta de criação do IPAMA, observando-se os seguintes itens:

1) - informar, ano a ano, de 1980 até abril de 1990, o número de autorizações mensais de desmatamento e a área equivalente para cada escritório regional;

2) - o número estatístico de processos que tramitam naquela instituição, à qualquer título, mês-a-mês, de 1980 até abril de 1990, por escritório regional;

3) - o número de processos pendentes por ano do protocolo até a presente data em qualquer assunto, por escritório regional.

Sala das Sessões, em 14.05.90.

(a) LUCIANO PIZZATTO

JUSTIFICATIVA:

As informações solicitadas visam subsidiar o estudo da proposta de criação do IPAMA e a análise da lei de meio ambiente.

REQUERIMENTO N° 1246

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e parlamentares, REQUER, o encaminhamento de expediente e conseqüente registro nos Anais desta Casa, que releve o trabalho realizado pelo extinto Clube da Soda "Hélio Brandão", responsável, no decorrer de suas atividades, pelo salvamento de mais de quinhentas vidas de crianças da ingestão de soda cáustica.

Sala das Sessões, em 14.05.90.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

A exemplo do que ocorre em toda a comunidade do nosso País que são servidas pelo devotado trabalho altruísta de louvação religiosas queremos consignar aqui, o desempenho praticamente anônimo, das Ir-

Curitiba, segunda, em 14.05.90

mãs da Caridade de São Vicente de Paulo, que por mais de dez anos, mantiveram ativo o Clube da Soda "Hélio Brandão", de ingentes serviços prestados a mais de 500 vítimas infantis da soda cáustica.

Aliando ao mais profundo agradecimento que o povo de Curitiba e região Metropolitana poderiam oferecer, devemos almejar que a nossa função social a que se destinam a instalação do extinto Clube, cumpra com a nobreza e dedicação habituais dessas Irmãs, a nova tarefa que se impuseram, de através de creche própria, velarem pela educação e bem estar dos filhos dos servidores do Hospital N. Senhora das Graças, modelar casa de saúde do nosso Estado.

REQUERIMENTO N° 1255

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o Plenário, REQUER a transcrição nos Anais da Casa do Editorial "O Crime chamado "Raspinha", publicado na edição de 11 do corrente mês, do jornal Folha de Londrina, condenando essa nova modalidade de jogo no Estado.

Sala das Sessões, em 14.05.90.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

Mais do que nunca, a jogatina campeia desenfreada no País e, muito especialmente, no Paraná.

As modalidades de jogos se multiplicam, sempre sob o argumento de que o Estado precisa arrecadar mais, para aplicar em setores assistenciais. Resultados práticos, no entanto, quase não aparecem, pois a assistência continua deficiente, com os problemas se agravando dia-a-dia. Além do mais, a falta de transparência, no que respeita à operação, arrecadação e aplicação dos recursos obtidos é de uma realidade inegável.

Apesar disso, o Governo estadual continua "criando" fórmulas para levar o povo a jogar mais e mais, como se fosse esse o meio mais adequado para se ganhar dinheiro. A última palavra em termos de jogo bancado pelo Estado é a chamada "raspinha", copiada de São Paulo e devidamente "aperfeiçoada", segundo os responsáveis por sua introdução no Paraná.

Desde logo, o novo jogo ganhou as preferências do público, dado o sistema de verificação imediata da "sorte" do comprador. Ricos ou pobres, adultos ou crianças, todos se sensibilizam diante da possibilidade de um enriquecimento rápido, conforme bem o demonstra o editorial da Folha de Londrina.

A questão, segundo denuncia e prova com ampla ilustração o mesmo jornal, é de suma gravidade, pois está levando milhares de pessoas a gastarem tudo o que têm na vã

tentativa de se enriquecerem de uma hora para outra, sem maior esforço. Ricos gastam rios de dinheiro. Pobres, o pouco que têm. E, principalmente, crianças, que abdicam até mesmo de um indispensável lanche, para gozar do momentâneo e ilusório prazer de raspar um bilhete, sob a sensação de descobrir o que a sorte lhes reserva!

É evidente que, seja qual for a finalidade ou a destinação dos resultados financeiros dessa nova modalidade de jogo, os prejuízos que ele causa são ou serão insuperáveis. A degradação dos costumes, especialmente entre as crianças, com certeza encontrará na famigerada "raspinha", uma cópia pouco inteligente da "Raspadinha" paulista, que também já nasceu sob o signo da suspeição, uma aliada das mais fortes. Daí, as reações que já desperta em muitos meios. E, até mesmo, já se anuncia que a Procuradoria Geral da República, estaria estudando a matéria, para denunciar sua ilegalidade.

É importante, pois, ressaltar a oportunidade do editorial da Folha de Londrina, coerente, aliás, com a posição de combate mantida por esse jornal, ao longo do tempo, contra as diversas modalidades de jogos de azar, especialmente o jogo-do-bicho. E a transcrição desse Editorial, nos Anais da Casa, é uma forma de se registrar um protesto sério, numa hora em que vozes responsáveis se calam, não obstante a gravidade do problema e as implicações dele resultantes. Afinal, os jogos, sejam quais forem - tanto o do "bicho", os malsinados "bingões" ou, agora, essa perniciosa "loteria instantânea" - devem merecer o repúdio de todo cidadão consciente, pelos malefícios e prejuízos morais que acarretam.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 299/90
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica criado, "ad referendum" do resultado do plebiscito, o Município de ARAPUAN DO OESTE, com território desmembrado do município de Janiópolis, com sede na localidade do mesmo nome e com as seguintes divisas:

"Inicia na foz do Córrego BA 6 no Rio Barreiro. Do ponto inicial sobe pelo córrego BA 6 (divisa intermunicipal com Boa Esperança) até a sua nascente, deste ponto em linha reta rumo Sul, pela divisa do Lote Rural 283 (exclusive) até a divisa da Gleba 1-A, da Colônia Goioerê (exclusive) por esta divisa rumo Oeste até a divisa do Lote Rural 282 (inclusive), segue por esta divisa rumo Sul até a Água Comissário ou Vieiras (todas divisas intermunicipais com

Boa Esperança), desce por esta até a divisa das Glebas 21 (exclusive) e 22 (inclusive), segue por esta divisa (divisa intermunicipal com Goioerê) até o Rio Barreiro, sobe por esta (divisa intermunicipal com Janiópolis) até a foz do Córrego BA 6, ponto inicial e final."

MEMORIAL DESCRITIVO DO PERÍMETRO URBANO DE ARAPUAN DO OESTE

"Ponto inicial e final. Cruzamento da estrada para Goioerê - Rancho Alegre do Oeste ou Rua 2 - Estrada velha para Campo Mourão - Boa Esperança ou Rua 1 - Estrada Velha para Campo Mourão - Boa Esperança ou Rua 1 até o Arroio Sem Nome - Arroio Sem Nome passando pelo Lote 262 (exclusive) e Quadras Urbanas, Áreas Reservadas n° 11, 16 e 21 (todas inclusive) até a Divisa da Gleba 261 ou foz de um outro Arroio Sem Nome. Deste ponto, por uma linha reta e seca, rumo Sudoeste, segue uma distância de 638 metros, passando pela Gleba 261 (exclusive) e Quadras Urbanas 21, 25, 27 e 26 (todas inclusive) até atingir a divisa do lote rural 259 (exclusive). Deste ponto, por uma linha reta e seca, rumo Noroeste, segue uma distância de 638 metros, passando pelas quadras urbanas 26, 22, 17, 12, 8 e 4 (todas inclusive) até atingir o cruzamento da Rua 2 com a Rua 1.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.05.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O município que se pretende criar reúne condições quanto aos aspectos de natureza social, política, econômica e urbana, capazes de lhe assegurar vida autônoma.

Tais perspectivas, advém de fatores que vêm contribuindo para que se constitua numa promissora potência municipal, dada a sua pujança econômica, calcada, por excelência, na agricultura.

Outrossim, a criação do município de Arapuan do Oeste, é um fato que se alicerça no próprio reclamo de sua comunidade, além de consagrar uma das formas de aperfeiçoar o desenvolvimento geral do Estado, pela possibilidade de melhor otimização administrativa das áreas que o constituem.

Preenchendo as condições legais e dispondo de recursos próprios para dar suprimento às suas atividades administrativas, é de justiça e de direito que o Distrito de Arapuan seja elevado à categoria de Município, desmembrando-se do município de Janiópolis, ato que virá configurar-se da maior importância, particularmente por expressar a vontade do povo, de lideranças locais e regionais.

Isto posto, encarecemos a atenção e

conseqüente aprovação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N° 300/90
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica denominada Rodovia João Nivaldo Holowka, a rodovia que liga o trevo de acesso ao Município de Luiziana, na PR-487 (Rodovia Campo Mourão - Iretama), interligando-o ao Município de Corumbataí do Sul, passando pelo Distrito de Bourbônia.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.05.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Poucos, muitos poucos, terão excedido a João Nivaldo Holowka, no interesse, no esforço e na vontade de promover o progresso e o desenvolvimento do seu amado município de Corumbataí do Sul.

Descendente de tradicional família catarinense, filho de Nilton Holowka e Eva Maria Holowka, João Catarino, como era popularmente conhecido, chegou ao Paraná em 1946, aportando na cidade de Apucarana, onde residiu até 1956. Mudou-se para o Município de Rio Bom, onde casou-se e fixou residência até o ano de 1971, época em que transferiu-se para o então Distrito de Corumbataí do Sul, hoje município do Estado.

Participando ativamente da vida comunitária de Corumbataí do Sul, tornou-se desde logo seu líder incontestado, pelo acerto de suas propostas, pelas suas ações desenvolvimentistas e pela sua palavra prudente e conciliadora.

Foi agricultor, taxista, caminhoneiro e símbolo ideal do trabalho. Foi ainda dirigente de Igreja, Presidente do Esporte Clube São Joaquim e do Partido Liberal.

Em 1982, candidatou-se a vereador pelo Município de Barbosa Ferraz, antiga sede de sua localidade-mãe, Corumbataí do Sul, da qual tornou-se um dos expoentes do trabalho que culminou com sua respectiva emancipação político-administrativa. Sempre entendendo a boa vontade como premissa para o desenvolvimento e bem-estar da coletividade, foi ainda candidato a vice-prefeito em 1988, na primeira eleição do novo município que seus esforços ajudaram a edificar.

No 11 de abril de 1990, vítima de acidente automobilístico, veio a falecer, deixando cinco filhos e a esposa, Dona Celine Holowka, além de um legado de saudade e exemplo de vida e retidão de caráter a seus amigos e familiares.

Pelo que representa na região de seu berço natal, à qual dedicou todas suas

Curitiba, segunda, em 14.05.90

energias, o seu nome não pode ficar esquecido na memória das gerações, devendo ser perpetuado naquilo que simboliza o progresso e o desenvolvimento: uma rodovia.

Assim, como justa homenagem a esta figura exemplar de cidadão prestativo, propomos para que seja conferido seu nome à rodovia especificada.

PROJETO DE LEI N° 301/90
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES UBERABA DE BAIXO - AMUB, com sede e foro na cidade de Curitiba - PR.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.05.90.

(a) LAURO LOBO ALCANTARA

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Moradores Uberaba de Baixo - AMUB, é uma sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, organizada exclusivamente para prestar serviços sócio-comunitários.

Atuando nas áreas de educação, saúde, lazer, transporte, educação e segurança, planeja e promove atividades visando atender e suprir as necessidades da população.

Representando os moradores do bairro de Uberaba e comunidades dos três poderes busca defender os seus interesses gerais: reivindica melhorias e reparos urbanos, promove serviços assistenciais, palestras sobre temas relevantes de interesse público, cursos artesanais e profissionalizantes, campanhas filantrópicas, festas cívicas, atividades esportivas, culturais e sociais, enfim, busca de todas as formas o bem-estar social dos seus associados e usuários.

Declará-la de utilidade pública, mais do que uma questão de justiça, é uma forma de estimular entidades dessa natureza.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Finda a leitura do Expediente.

Não há oradores inscritos no Pequeno Expediente.

No Grande Expediente, com a palavra o Deputado Haroldo Ferreira, por trinta minutos.

O SR. HAROLDO FERREIRA - Declino, Sr. Presidente, e sugiro que me inscreva para o próximo Grande Expediente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Já está inscrito.

No Horário das Lideranças, consulto à Liderança do PSDB se fará uso do seu tem-

po.

(Declina)

Havendo declinado, consulto à Liderança do PMDB se fará uso do seu tempo.

(Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PDS se fará uso do seu tempo.

(Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PDC, se fará uso do seu tempo.

(Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PFL, se fará uso do seu tempo.

(Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PTB, se fará uso do seu tempo.

(Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PRN, se fará uso do seu tempo.

(Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PDT, se fará uso do seu tempo.

Concedo a palavra ao Deputado Algaci Túlio, por seis minutos.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Já comentamos aqui, desta tribuna, há dias, e na semana passada voltamos a tocar no assunto com relação ainda ao famigerado Telefestival de Prêmios que, graças a Deus, não aconteceu neste final de semana na Capital do Estado do Paraná, mas teria acontecido em Santa Catarina.

E eu chamo a atenção dos Srs. Deputados: chegou às minhas mãos, um dossiê desses telefestivais, com importâncias, valores, doações, nomeações de pessoas e até mesmo envolvendo, e eu peço evidentemente depois, que o Presidente da Casa forneça algum esclarecimento, a Associação das Esposas dos Deputados teve doações recebidas através desse telefestival.

E eu tenho aqui também, uma relação de vários nomes de várias pessoas, que ainda eu procuro fazer um levantamento para saber até onde e de que maneira essas pessoas receberam essas importâncias.

Mas, é bom esclarecer, eu chamo a atenção para uma matéria do articulista Geraldo Mazza, que diz o seguinte (LÊ):

"OS BINGOES E O JUDICIÁRIO"

Luiz Geraldo Mazza

A firmeza com que autoridades policiais e judiciárias se lançaram contra a realização dos bingos eletrônicos é um dos raros momentos em que se percebeu sincronia de propósitos em deixar claro o caráter delituoso desse tipo de jogo e a necessidade de uma vez por todas, e evitar que o público fosse ludibriado de forma sistemática.

Há mais de uma decisão da instância superior no Paraná contra a realização dos

bingões. Ao lado disso existem intervenções policiais e instruções do Departamento Nacional de Telecomunicações que o tratam como manifesta ilegalidade. Como, porém, nossos rituais de justiça e administração são lentos e muitas vezes equívocos por causa da facilidade com que se estabelecessem incidentes processuais, a maioria das pessoas não acreditava que se interditasse esse tipo de prática.

Na verdade o bingo, quando operado numa escalada compatível, uma paróquia e um clube, é muito mais inocente do que alguns dos jogos bancados pelo governo, incluindo aí essa "raspinha" que exerce uma sedução compulsiva sobre o brasileiro apostador e o torna presa de um hábito que tende, obviamente, a prejudicá-lo por viciar mais do que baralho, roleta ou dados.

O bingo explorado à luz do dia, diante do público num estádio lotado, mesmo oferecendo riscos de segurança, é mais decente e honesto do que um tipo de produto - esse o caso do telebingo, que na teoria das probabilidades ilude as possibilidades do comprador porque são sorteadas mais de um milhão de cartelas e concorrem pouco mais de 20 por cento.

Assim, pois, se os clubes alegam que não podem sobreviver sem esses recursos, - o que é de um farisaísmo a toda prova, pois a incompetência notória desses dirigentes está visível na maneira como burlam a Previdência, não fazendo os recolhimentos de praxe, o que é criminalmente apropriação indébita, que busquem modular tais promoções ao ar livre, mas nunca por uma via massiva, afinal de escala incompatível, realizando-as nos estádios e com número limitado de cartelas.

O açodamento com que se procura agora montar um "lobby" para contornar decisões do Judiciário, no campo da política, o que pega muito mal num momento em que se fala tanto em austeridade, há de servir de estímulo para que os guardiões da lei se mantenham serenos em sua postura em defesa da comunidade."

Há outros artigos também do mesmo articulista, várias matérias hoje e na semana passada, na imprensa.

Agora pela manhã deveriam se apresentar no 1º Distrito Policial em Curitiba, o Presidente da Federação, Onaireves Rolim de Moura, os Presidentes dos três maiores clubes da Capital do Estado e apenas o Sr. Jacob Mehl, Presidente do Coritiba, foi quem se apresentou pela manhã ao Secretário da Segurança Pública, mas alegando à imprensa que foi apenas fazer uma visita e discutir sobre futebol. Quem sabe ele tenha ido lá justificar a derrota do Coritiba ontem para o Operário em Ponta Grossa e não tinha ido lá falar de bingo.

Neste exato momento está sendo dada

entrada na Justiça do Trabalho, aqui em Curitiba, de uma ação contra o Presidente da Federação Paranaense de Futebol, que mandou embora o coordenador do bingão, alegando que ele teria se apropriado de dois Kadetts e teria comprado, com o dinheiro que tirou, que teria desviado do bingão, uma mansão numa das praias do litoral catarinense.

Então, começam agora a aparecer uma centena de fatos a exemplo deste dossiê que tenho aqui em mãos, que recebi ainda no final da semana, não tive tempo suficiente para analisá-lo, mas que evidentemente faço apenas de imediato um questionamento à Mesa, ao Presidente da Casa, para que explique aos Srs. Deputados, porque agora está na imprensa que a Associação das Senhoras dos Deputados pegaram dinheiro do telefestival. De que maneira esse dinheiro veio e para que é que veio esse dinheiro para a Associação das Senhoras dos Deputados aqui da Assembléia.

É o questionamento que eu faço.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa buscará as informações solicitadas. Concedo a palavra ao PT. (Declina).

Encerrado o Horário das Lideranças, passamos a

ORDEM DO DIA

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN (Pela Ordem) - Pela Bancada do PSDB, nós queremos indicar para a CPI que investiga a situação financeira do Estado, de autoria do ilustre Deputado Algaci Túlio, o companheiro "Tucano" José Rogério Carvalho, como Titular e o companheiro "Tucano" Raul Lopes como Suplente e para a CPI que investiga o telefestival, abordado agora há pouco na tribuna pelo Deputado ALGACI TÚLIO, a Bancada do PSDB indica Acir Mezzadri como Titular e Antônio Martins Annibelli como Suplente.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência solicita à Taquigrafia que anote as sugestões, mas solicita ao Deputado Nereu Massignan que faça o encaminhamento por escrito, na condição de Líder da Bancada Tucana.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

com a presença de 49 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, indicando um Parlamentar para representar o Poder Legislativo, dia 15 do corrente ano, na cidade de Medianeira. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado

João Arruda, na qualidade de Líder do PFL, constante do expediente, indicando os membros do Partido da Frente Liberal para as Comissões Parlamentares de Inquéritos. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, na qualidade de Líder do PDT, constante do expediente, indicando os Srs. Deputados, para a Comissão de Orçamento, nas condições de Titular e Suplente. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Nereu Carlos Massignan, na qualidade de Líder do PSDB, constante do expediente, indicando os Srs. Deputados para comporem a Comissão Parlamentar de Inquérito, como membros Titular e Suplente. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Lauro Lobo Alcantara, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 2 (dois) de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei nº 270/89, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que cria o Município de "ANAHY", desmembrado do Município de Corbélia, com as divisas que especifica. Aprovado. (Publ.no DA. nº 89 de 16.10.89).

4ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 132/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem nº 62/90), que institui a Fundação Universidade Estadual do Centro-Oeste, com sede e foro na Cidade de Guarapuava. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. Com EMENDAS de Plenário.

Em votação a Emenda Aditiva de 3ª discussão do Sr. Deputado Duílio Genari. Aprovada.

Aprovado o Projeto, que irá à Redação Final.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 260/89, de autoria do Deputado Ferrari Júnior, que autoriza o Governo do Estado a vender as residências oficiais, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. Com EMENDAS de Plenário.

Sobre o referido projeto, Subemendas de Plenário, em nº de 2 (duas) de autoria dos Srs. Deputados Eduardo Baggio e Algaci Túlio, devidamente apoiadas, bem como Emendas Aditivas de Plenário, em nº de 4 (quatro), de autoria do Sr. Deputado Caíto

Quintana, devidamente apoiadas, e ainda, uma Subemenda Aditiva de Plenário, de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

PROJETO DE LEI N° 260/89

SUBEMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO

Inclua-se onde couber:

Art.... - Fica vedada ao Poder Executivo a venda do avião King-Air.

Sala das Sessões, em 10.05.90.

(a) EDUARDO BAGGIO

Apoio: RUBENS BUENO, ALGACI TÚLIO, ANTONIO ANNIBELLI, MÁRIO PEREIRA, VERA AGIBERT, GERONOTE KIRINUS e 1 ilegível.

SUBEMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO

AO PROJETO DE LEI N° 260/89

Inclua-se onde couber:

"Art. - Fica autorizada, ainda, a venda de duas aeronaves Sêneca Mod. Emb. 210-D - EMBRAER, de propriedade do Governo do Estado.

Parágrafo Único - O produto arrecadado com a venda aludida no "caput" deste artigo será destinada à Secretaria de Estado de Segurança Pública com a finalidade de viabilizar a aquisição de um helicóptero para o desenvolvimento das funções daquela pasta.

Art. - Fica autorizada a venda dos veículos modelo Brasinca, de propriedade do Governo do Estado a seu serviço e/ou das Secretarias.

Sala das Sessões, em 10.05.90.

(a) ALGACI TÚLIO

Apoio: RAUL LOPES, NAMIR PIACENTINI, JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE N° 01,

AO PROJETO DE LEI N° 260/89

Inclua-se onde couber:

"Imóvel onde se encontra instalada a Prisão Provisória do Ahú, sito à Avenida Anita Garibaldi, 750, que compreende duas áreas, sendo uma de 40.000m², transcrita sob o n° 5864, do Livro 3C, em 23.03.1908, no Registro de Imóveis da Primeira Circunscrição de Curitiba e outra de 11.950m² compostos de 25 lotes da Vila Domitila devidamente transcrita sob o n° 7365, do livro 3G em 14.05.37, no Registro de Imóveis da Segunda Circunscrição da Comarca de Curitiba, com as benfeitorias nela existentes.

Sala das Sessões, em 14.05.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

Líder do Governo e do PMDB

Apoio: NILTON BARBOSA, ORLANDO PESSUTI, ERONDY SILVÉRIO e NEIVO BERALDIN.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE N° 02

AO PROJETO DE LEI N° 260/89

Inclua-se onde couber:

"Imóvel em Curitiba, situado no Bairro do Bacacheri, com área de aproximadamente 198.776,00m², de que trata a Lei n° 8851, de 25.07.88, publicada no D.O.E. n° 2821, de 26.07.88.

Sala das Sessões, em 14.05.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

Líder do Governo e do PMDB

Apoio: NILTON BARBOSA, ORLANDO PESSUTI, ERONDY SILVÉRIO e NEIVO BERALDIN.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE N° 03

AO PROJETO DE LEI N° 260/89

Inclua-se onde couber:

Imóvel denominado Estância Hidromineral Santa Clara, situado na localidade de Candói, município de Guarapuava, com o ponto de partida principiando à margem do Rio Jordão, a 510m da Barra do Arroio das Águas, onde seguem em linha reta com um rumo de 16° 35 NE e 358m, daí prossegue em linha reta com o rumo de 50° 50 e 230m de comprimento onde alcança o Arroio das Águas, segue por este acima até o ponto situado à 400m mais ou menos acima de um salto, deste ponto segue em linha reta com rumo verdadeiro de 89° 08 SO e com 1.560m, mais ou menos de comprimento onde alcança a margem esquerda do arroio de divisa, desce por este até sua foz no Rio Jordão e sobe pela margem direita deste até o ponto de partida abrangendo a área de 121 hectares, contendo hotel com dois pavimentos construído em alvenaria de tijolos e demais benfeitorias, de propriedade da extinta empresa Paranaense de Turismo - PARANATUR e integrante do Patrimônio da Fundação de Esporte e Turismo - FESTUR, conforme transcrição n° 27.485, do livro 3S às fls. 18 e 19 do Cartório de Registro de Imóveis do 2° Ofício da Comarca de Guarapuava.

Sala das Sessões, em 14.05.90.

(a) CAÍTO QUINTANA.

Líder do Governo e do PMDB.

Apoio: NILTON BARBOSA, ORLANDO PESSUTI, NEIVO BERALDIN e ERONDY SILVÉRIO.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE N° 04

Inclua-se onde couber:

"Imóvel urbano situado no Município de Curitiba com área de terras de aproximadamente 6.000m² com as benfeitorias nele existentes, havido pelas transcrições 14.687 e 2.057 ambas do Cartório de Registro de Imóveis da 2.ª Circunscrição Imobiliária da Comarca de Curitiba, e 5.550 e 13.880 ambas no Cartório de Registro de Imóveis da 1.ª Circunscrição Imobiliária da mesma Comarca.

Sala das Sessões, em 14.05.90.

(a) CAÍTO QUINTANA.

Líder do Governo e do PMDB.

Apoiamento: NILTON BARBOSA, ORLANDO PESSUTI, NEIVO BERALDIN e ERONDY SILVÉRIO.

SUBEMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO

Inclue-se no texto da emenda do Dep. Caíto Quintana, referente ao Projeto de Lei n° 260/89, as seguintes expressões:

... com parte do produto da venda da Prisão Provisória do Ahú o Governo do Estado do Paraná, construirá um novo mini-presídio em Maringá.

Sala das Sessões, em 14.05.90.

(a) FERRARI JÚNIOR.

Líder do PRN.

Apoiamento: ANTÔNIO COSTENARO NETO, ACIR MEZZADRI, HERMAS BRANDÃO, WERNER WANDERER e ANTÔNIO ANNIBELLI.

Em discussão o projeto e as emendas. Em votação as emendas, ressalvado o projeto.

Emenda n° 1, já aprovada em 2.ª discussão. Em votação. Aprovada.

Emenda n° 2, também aprovada em 2.ª discussão. Em votação. Aprovada.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Sr.

Presidente, gostaria de registrar meu voto contra, uma vez que está embutida aí a venda do avião King-Air.

Eu já disse anteriormente - e quero reafirmar aqui - que está se cometendo uma injustiça deste Poder Legislativo com a venda desse avião do Governo do Estado.

Esse é um avião que ajuda o Paraná, não traz prejuízos ao Estado. E nós sabemos que, quem quer que seja o futuro governador do Paraná, vai haver necessidade de ter à disposição da Casa Civil, à disposição da Segurança do Estado, um avião para atender às necessidades do povo paranaense. E queremos reafirmar ainda que, pelo ano do avião, a sua avaliação no mercado seria irrisória e que vale muito mais essa aeronave atendendo aos interesses do Estado, do que se nós a vendermos.

Então, eu voto contra, acho que se comete uma grande injustiça, e vou torcer para que o Governador Álvaro Dias vete essa emenda.

Muito obrigado.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela ordem) Sr.

Presidente, gostaria que a assessoria da Mesa me passasse as emendas referentes ao mesmo assunto porque tenho informações que três emendas retirando o King-Air e tem uma emenda do Deputado Algaci Túlio, que propõe a venda dos aviões...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa responde à questão de ordem levantada pelo Deputado Dirceu Manfrinato, como a do Deputado Caíto Quintana, dizendo que nós estamos aprovando numa primeira etapa

Curitiba, segunda, em 14.05.90

a emenda aditiva do Plenário em segunda discussão, que diz respeito à venda desses aviões "Sêneca", um avião King-Air, um veículo Brasinca. Logo, a seguir, iremos votar a emenda do avião King-Air, e que será submetida ao Plenário e, se aprovada, evidentemente o avião não será vendido.

Subemenda modificativa do Deputado Algaci Túlio. (Lê emenda) Em votação a Emenda. Aprovada.

Subemenda Aditiva de Terceira Discussão do Deputado Eduardo Baggio. Fica prejudicada em função da aprovação da subemenda modificativa do Deputado Algaci Túlio.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Pela ordem) Esta emenda é do Deputado Eduardo Baggio?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Exato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Mas ela passou a ser prejudicada, uma vez que a emenda do Deputado Algaci Túlio tira o King-Air também da venda.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Emenda o Deputado Algaci Túlio, a subemenda, ela autoriza a venda dos dois aviões Sêneca e do veículo Brasinca, excluindo, portanto, a venda do avião King-Air. E vai mais além em seu parágrafo único, dizendo que os recursos provindos desta venda dos aviões serão destinados preferencialmente na aquisição de um helicóptero para os serviços que se fizerem necessários.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Sr. Presidente, votei favoravelmente e quero parabenizar a decisão do Deputado Algaci Túlio, pela forma com que serão aplicados os recursos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Emendas ainda sobre o Projeto n° 260/89. Emenda n° 1, terceira discussão, "imóvel onde se encontra instalada a prisão provisória do Ahú..." (Lê a emenda) de autoria do Deputado Caíto Quintana.

O SR. NEREU MASSIGNAN - Pela Ordem.

Esta emenda autoriza a venda do imóvel do Ahú?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Exato. Estamos tratando de um projeto que fala da venda dos imóveis e a emenda do Deputado Caíto Quintana diz: "inclua-se onde couber o imóvel onde se encontra a prisão provisória do Ahú" e aí descrevendo.

O SR. NEREU MASSIGNAN - Pelo que entendo, esta emenda propõe a venda do terreno e dos prédios do Ahú?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - É o que diz a emenda.

O SR. NEREU MASSIGNAN - Pura e simplesmente. A Bancada do PSDB se coloca contra.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No momento oportuno Vossa Excelência poderá registrar o seu voto contrário.

O SR. ALGACI TÚLIO - Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Jornalista Adherbal Fortes de Sá Jr. publicou recentemente um interessante artigo no jornal "Indústria e Comércio", abordando uma questão que parece quase apagada da cena política e que hoje ressurge: a venda da Prisão Provisória de Curitiba, no bairro do Ahú.

Se me perguntassem qual a Região de Curitiba mais cobiçada para morar, eu incluiria o Ahú, numa relação das cinco mais. Lindo, alto, seco, bons ventos, o Ahú tem tudo para ser o que os agentes imobiliários chamam, pomposamente, de bairro nobre.

Só que o Ahú tem um problema seriíssimo: alguns dos piores elementos de Curitiba e do Paraná moram lá, que é no casarão da Av. Anita Garibaldi. Nada menos provisório do que essa penitenciária, um enclave de maldade numa vizinhança tão boa.

Há décadas, ameaçam tirá-la de lá. Mas, ninguém tem coragem. É como se os bandidos tivessem obtido usucapião da área.

Uma solução para o problema: vender ou arrendar a área. E eu desde a época que ainda nem era Vereador nesta cidade, já gritava através dos microfones nas emissoras das televisões e dos jornais onde trabalhei, da necessidade de se acabar com a Prisão Provisória de Curitiba, encravada quase que no centro da Capital paranaense. Quando Vereador ainda, fiz várias proposições também à Prefeitura Municipal de Curitiba. E aqui na Assembléia, tão logo entramos nesta Casa, uma das metas deste Parlamentar foi exatamente brigar pela desativação da Prisão Provisória de Curitiba. E em vários momentos se tratou do assunto, várias idéias foram dadas. Enfim, nenhuma delas chegou a prosperar. Mas ago-

ra, mais recentemente, o Governador do Estado do Paraná havia enviado a esta Casa uma Mensagem propondo a venda da Prisão Provisória de Curitiba, para se transformar num grande "shopping", quem sabe até num grande hospital; mas com alguma utilidade. Talvez até a destruição do casarão, que poderá ser utilizado ainda para alguma coisa de importância para a cidade ou para o Estado do Paraná. Agora, a venda é por demais importante. Desafoga-se, tira-se de um bairro dos mais importantes da Cidade esta Penitenciária que tem sido um problema muito sério para a vizinhança.

Há um projeto na Assembléia, repito, autorizando o Governo a realizar um processo de concorrência para alienação de duas áreas de 42 mil metros quadrados, e 11 mil 950 metros quadrados que se trata exatamente dos terrenos onde está localizado o Presídio de Curitiba. O mesmo Projeto obriga o Estado aplicar o dinheiro - e aqui é que é importante - o produto da venda da Penitenciária terá que ser destinado à construção - e infelizmente porque se nós tivéssemos mais escolas neste País não teríamos tantas penitenciárias; mas infelizmente enquanto isto não acontece, enquanto a educação não é tão valorizada neste País e especialmente neste Estado, porque os criminosos se formam dia a dia nesta cidade e neste Estado. Então o projeto, o produto da venda deverá ser aplicado na construção de dois mini-presídios no interior do Estado do Paraná. Esse Projeto, de nº 349/88 lamentavelmente ainda não havia sido aprovado, estava aqui na Assembléia e agora, com esta reforma administrativa e já imputado nesse projeto do Deputado Ferrari Júnior, já possibilita então, através da Emenda, que a própria Bancada do PMDB formaliza hoje, a venda da Prisão Provisória de Curitiba. Já caracterizamos então esta venda. E é necessário, evidentemente, que Bancadas de todos os Partidos, talvez com alguns esclarecimentos da Bancada do PSDB saibam da importância da desativação desta Penitenciária. Não pode mais ficar encravada no centro da cidade, em um dos bairros mais populosos, em uma área que a cada dia que passa, se torna mais valorizada.

Não podemos mais aceitar que a população central da cidade fique, todos os dias, à mercê das fugas dos presos, dos tiros que ocorrem durante a madrugada, de viaturas de polícias em um entra e sai daquela Penitenciária em busca de marginais escondidos nas casas próximas - e eu tenho conhecimento, morei perto, aliás, estudei na frente do portão da Penitenciária.

Talvez seja até por isto que eu acabei me envolvendo com reportagem policial, porque a cada vez que acontecia uma tentativa de fuga da Penitenciária, nós está-

vamos na salinha da escolinha em frente - e está lá ainda o prédio assistindo à correria de policiais e de presos.

Por isso, achamos de fundamental importância que se aprove esta emenda da Bancada do PMDB para a venda da prisão Provisória de Curitiba.

O prefeito Jaime Lerner mostrou-se também interessado na permanência do casarão e para dar a ele uma destinação.

O terreno que circunda a Penitenciária poderá ser transformado em um grande "shopping". Enfim, poderá se utilizar da melhor maneira possível pela empresa interessada na compra daquele imóvel. Mas o casarão poderá ser mantido como área que pertencerá ao Município para utilização melhor possível.

Por isso achamos perfeitamente compreensível esta emenda da Bancada do PMDB e esperamos que os demais Parlamentares entendam da necessidade de se tirar dali essa Penitenciária, que não é mais provisória; provisórias, são hoje, as Delegacias de Polícia, que estão lotadas de presos na Justiça. A Penitenciária Provisória, que apenas o nome tem, é hoje uma penitenciária final que tem um grande número de presos já condenados pela justiça, que deveriam estar em Piraquara. E como lá já não tem mais espaço, e lá não se construiu ainda a nova penitenciária prometida pelo Governo do Estado, que poderá, quem sabe até, sair frutos desta venda da prisão provisória de Curitiba, os presos condenados permanecem ainda na prisão provisória, que não é provisória, mas que fica no bairro Ahú.

Por isso, encareço aqui a atenção de todos os Parlamentares na aprovação desta emenda.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação a Emenda...

O SR. NEREU MASSIGNAN (Pela Ordem) - Sr. Presidente, consulto à Presidência se procede a apresentação de Emendas em Quarta Discussão.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - O projeto está em Terceira Discussão.

O SR. NEREU MASSIGNAN - Mas em Quarta, pode se apresentar emendas?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Não cabe emendas de Quarta Discussão.

O SR. FERRARI JÚNIOR - Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Para encaminhar, com a palavra o Deputado Ferrari Júnior, autor do Projeto de Lei nº

260/89.

O SR. FERRARI JÚNIOR - (Para encaminhar) Senhor Presidente, esse Projeto n. 260/89, diz tudo, ele foi apresentado no ano passado. Então todos os Deputados tiveram tempo suficiente para analisar para discutir, se deveriam votar favoravelmente ou não.

A Emenda proposta pelo Líder da Bancada do PMDB, Deputado Caíto Quintana, ele deveria merecer por parte desta Casa, um estudo maior, talvez esteja aí até a preocupação da Liderança do PSDB, Deputado Nereu Massignan, quando de pronto, manifesta-se contrário a esta Emenda, inclusive, fala em nome da Bancada do PSDB.

A princípio e encaminhando até ao Líder da Bancada Peemedebista, o PRN não se mostra contrário à proposta em si, contudo, a posição do PRN é de estudo, de cautela em função de um assunto tão sério que envolve a venda da Prisão Provisória do Ahú em Curitiba. Eu acho que inclusive o Deputado Algaci Túlio, que atua profissionalmente como Repórter policial, deve ter um milhão de reclamações da gente daquele bairro, a respeito dessa prisão, mas esse assunto precisa ser tratado com cautela, como vender para que, qual a finalidade daquele terreno valiosíssimo no centro de Curitiba, quase no centro de Curitiba. O produto da venda vai ser utilizado como? O que o Governo pretende fazer com o produto da venda desse terreno. O Deputado Costenaro lembrava um ponto importante, dizendo que vendendo esta penitenciária, em se fazendo outra fora, do perímetro urbano de Curitiba, até seria possível fazer uma penitenciária muito maior do que a que existe em Curitiba, talvez sobrasse dinheiro para mini-presídios do Interior. Na cidade de Maringá, por exemplo, a minha cidade, existe um mini-presídio absolutamente vulnerável, perigoso para a população da cidade, sempre tem fuga de presos, porque o mini-presídio é horrível, mal feito, não é funcional. Então nós precisaríamos discutir uma proposta da venda da Penitenciária do Ahú dentro dos critérios, para saber para onde vai o dinheiro, como vai ser aproveitado o dinheiro, em 4.ª discussão é impossível apresentar emendas.

Então nós gostaríamos de deixar a nossa posição, votaremos contra esta emenda, porque ela não traz em seu bojo aquilo que nós entendemos fundamental, e pedimos aos Deputados do PRN que se coloquem diante desta posição, a situação é muito séria e é preciso que venha um arrazoado - daquilo que se pretende fazer com o dinheiro, principalmente na aplicação. Se isto acontecer nós votaremos favoravelmente, dentro até da proposta do próprio Governador, que fala da venda daquele local e fala até do

aproveitamento do dinheiro, uma proposta boa. Contudo, esta proposta pelo Líder da Bancada do PMDB, nos deixa em situação difícil de votar favoravelmente. Neste caso, votaremos contrariamente à matéria Senhor Presidente.

O SR. RAFAEL GRECA - (Para encaminhar) Senhor Presidente, Senhores Deputados: peço especialmente ao Líder da Bancada do Governo nesta Casa, e também ao Deputado Rubens Bueno, que exerceu até há pouco tempo, o cargo de Secretário da Justiça do Paraná, que esclareçam à Casa, a propósito da autorização de venda que se pretende para o terreno do antigo Hospício das Irmãs São José, depois transformado em Prisão Provisória do Ahú, existente em Curitiba, entre o bairro do Cabral e o Bairro do Ahú.

A princípio, a Bancada do PDT seria favorável à venda, porque é do interesse do desenvolvimento da Cidade que o presídio saia daquela área residencial. No entanto, não se pode entrar com uma autorização em branco para esta venda. Então, o Senhor Líder, por favor, esclareça, porque nós sabemos, o Estado tem superpopulação carcerária.

Conversava com o juiz encarregado dos alojamentos penitenciários do Paraná e ele me dizia que há, em Piraquara, cerca de 1.400 detentos, num presídio para 550 presos. Eu vi algumas cadeias do Interior, como a triste cadeia da Cidade de Palmas, aonde não há direito humano que sobreviva, porque num "xadrez" onde cabem 12 detentos, há perto de 40 deles, alojados, alguns até cumprindo pena já decretada pela justiça. E o Estado tem 600 alqueires, em área aproximada ao Presídio de Piraquara, onde se pode e se deve fazer um novo Presídio Provisório e aumentar e melhorar o presídio atualmente existente. O presídio atualmente existente, desde as últimas chacinas, as chacinas do final do ano, revoga toda e qualquer noção de direito humano, de princípio de humanidade, de princípio funcional, de verdadeira administração da justiça. O que está em Piraquara, hoje, é uma verdadeira "arapuca", uma verdadeira armadilha, para não dizer alguma coisa que faz inveja aos campos de concentração do pior período de extermínio, da Alemanha hitlerista.

Então, Senhor Presidente e Senhores Deputados, a minha intervenção é no sentido de pedir ao Senhor Deputado Rubens Bueno, que explique as formas como se podem dar, tecnicamente, a transferência deste Presídio do Ahú, para a região de Piraquara. E de pedir ao Líder do Governo que explique, se ao se vender este terreno, dar-se-á a quem comprá-lo, a obrigação de construção de um presídio novo lá em Pira-

quara.

O SR. PAULO FURIATTI (Questão de Ordem) - Isto é uma matéria de um projeto de lei específico. E existem emendas de solicitação do Deputado Caíto Quintana. Gostaria de solicitar de Vossa Excelência um esclarecimento a este respeito.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Realmente, existe uma Mensagem do Senhor Governador do Estado que já figurou na Ordem do Dia e foi retirada por algumas sessões.

A Emenda do Deputado Caíto Quintana vai ser anexada ao projeto.

O SR. RUBENS BUENO - Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Emendas, ainda, do Deputado Caíto Quintana. Versam sobre matéria já consubstanciada no projeto.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, pediria vênias à decisão de Vossa Excelência para que nós votássemos as emendas apresentadas. Nós estamos solicitando um pedido há muito formulado pela própria Cidade de Curitiba, que é a existência do Presídio do Ahú, dentro de uma região densamente habitada, da nossa Cidade. O objetivo desta venda está consubstanciado em estudos realizados, onde o Governo do Estado, vendendo a área que está colocada na Emenda, que reserva o casarão onde se encontra o presídio, monumento histórico de Curitiba, vende-se a área e em troca disto se constrói duas penitenciárias no Estado do Paraná.

O Presídio do Ahú, e eu ouvia o Deputado Algaci Túlio falar, na sua instituição já considerou-se um Presídio Provisório. A sua localização não é importante para a Segurança Pública e não é importante para a segurança das famílias que lá moram.

Ademais, um presídio que está abarrotado, bem além de sua capacidade, qualquer conflito que ocorra no Presídio do Ahú vai gerar dificuldades enormes para a própria Polícia, a fim de poder debelar uma possível rebelião que aconteça, até pelo excesso de população carcerária, devido à proximidade de residências em torno dessa área.

Isso é fundamental, no momento em que nós, em cada pesquisa de opinião pública, consultado qual é o maior receio da sociedade, sempre ouvimos a consideração de que a Segurança é aquilo que mais exige a sociedade, no presente. Quando nós constatamos as Delegacias no Interior, com uma, duas celas, sem possibilidade de mandar prisioneiros para cumprir as suas penas

nas Penitenciárias do Estado, por absoluta falta de capacidade carcerária, colocando em risco a segurança de todos os paranaenses. Não há como postergarmos a votação de uma autorização da Assembléia, para a venda do Presídio do Ahú!

Este é um assunto altamente discutido, há muito tempo solicitado, porque ele vem ajudar a segurança do Estado e vem sanar um gravíssimo problema, dentro da Cidade de Curitiba!

Nenhum de nós quer a responsabilidade de uma negativa nessa autorização, e de que amanhã, uma possível revolta dentro do Presídio Provisório do Ahú possa gerar sérias conseqüências! Nenhum de nós pode cobrar aumento de cárceres, no Paraná, se esse recurso, numa região altamente valorizada de Curitiba, só ele, é suficiente para construir duas penitenciárias, em locais de maior segurança.

Então, solicito à Mesa, solicito aos Senhores Parlamentares presentes, que venhamos votar, Senhor Presidente, essa Emenda é tão igual a tantas outras quantas foram apresentadas aqui neste Plenário. Não há porquê a Presidência aceitar a venda do imóvel onde reside o Governador, por Emenda, se a Mensagem de Reforma Administrativa também fala da venda do imóvel. A Reforma Administrativa também fala na venda dos aviões, as emendas também falar na venda dos aviões! Porque aceitam-se essas emendas e não se aceita a essa nossa? Que diferença há entre uma e outra? Os companheiros, colegas, Parlamentares de Oposição, apresentaram as Emendas que quiseram! A nossa Bancada votou a favor! Nós não podemos ter aqui um comportamento de votação de dois pesos e duas medidas! Eu não vejo diferença alguma em que nós venhamos aceitar Emendas de 2.^a Votação, autorizando, por exemplo, a venda da residência do Governador, ela consta no projeto de Reforma Administrativa. Aí nós pedimos a venda do imóvel do Ahú, que também consta na Reforma Administrativa, aceita-se uma Emenda e não se aceita a outra, sob o protesto de que ela consta da Reforma! Não é possível!

Nós gostaríamos de que esta Presidência, com quem sempre mantivemos o melhor entendimento, que colocasse as nossas Emendas em votação, para perder ou para ganhar em Plenário, mas que cumpríssemos o mesmo ritual, o mesmo cumprimento regimental. Elas estão devidamente apoiadas, apresentadas em tempo regimental, em 3.^a Discussão e gostaríamos que fosse votada, na tarde de hoje.

Muito obrigado.

O SR. RUBENS BUENO - Para encaminhar, Senhor Presidente.

Curitiba, segunda, em 14.05.90

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO - Senhor Presidente, a emenda que o Deputado Caíto Quintana oferece nesta tarde, ela tem em parte o nosso apoio. Estudos recentes verificados pelo IPPUC, Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano de Curitiba, mostra que o desafetamento dessa área é uma cobrança da sociedade curitibana. E, nestes estudos, ficou claro que também é necessário preservar a área histórica, onde está exatamente edificado o presídio da Prisão Provisória do Ahú.

Esta área de aproximadamente 24.202 metros quadrados, restando três outros lotes que poderiam ser alienados e cujos recursos poderiam atingir o montante que poderiam ser construídas mais duas penitenciárias: uma na Região Metropolitana de Curitiba, e outra na Região de Guarapuava.

O lote nº 1, no Parecer do IPPUC, pela Resolução 007/90, mostra que neste lote ficaria uma área de 11.862 metros, mantendo o coeficiente com área residencial. Aliás, todos os demais lotes, fica clara a definição do IPPUC, para construção e destinação exclusivamente de área residencial.

Dá a exigência da sociedade curitibana. A participação do Estado em resolver parte dos seus problemas, do sistema penitenciário que é a superpopulação dos presídios.

Tudo isto vem contribuir para que a Assembléia Legislativa apresente uma proposta e que eu faço ao Deputado Caíto Quintana, um apelo para que ao retirar a sua proposta possa ser encaminhada através das lideranças de todos os partidos políticos as alternativas apresentadas pelo IPPUC, em consonância com os interesses do Estado do Paraná.

Dentre as várias alternativas, eu vou ler somente a conclusão que o engenheiro supervisor de planejamento do IPPUC, Luiz Massaro Akaiawa, e o Alberto Maia da Rocha Paranhos, ofereceram neste documento encaminhado à Secretaria de Justiça.

(Lê): "Face à análise das alternativas acima expostas, que são de três alternativas, somos favoráveis a seguinte proposta: a) manter o potencial construtivo do lote original de 138.302 metros quadrados sobre a área remanescente, e acrescentar um prêmio de 10.725 metros quadrados, referente à doação a Prefeitura Municipal de Curitiba, da área edificada do presídio, perfazendo um total de 149.027 metros quadrados.

b) doação de 35% do lote original de 69.150 metros quadrados, conforme Lei Federal nº 6.166/79, observando a subdivisão

proposta no croquis anexo, sendo que a edificação do presídio assinalada no croquis, deverá fazer parte da doação a Prefeitura Municipal de Curitiba.

c) poderão receber transferência de potencial o lote 4, no setor estrutural, no máximo 5 vezes a área do lote.

E o lote três, indicado no croquis, com o máximo duas vezes e meia a área do lote.

O lote um com testada para a Avenida Garibaldi manterá o coeficiente 2. Em todos os casos as edificações poderão ter altura livre e uso exclusivamente residencial.

Acompanhado todo este documento o croquis a que se refere esta proposta.

Para finalizar Senhor Presidente e Senhores Deputados, a emenda que o Deputado Caíto Quintana oferece, é exatamente aquela que está sendo proposta na reforma administrativa. E nós reiteramos o apelo ao líder da bancada do PMDB, para que apresente junto com as demais lideranças uma proposta, consubstanciada nesses estudos que foram anteriormente realizados pela Secretaria de Justiça, Governo do Estado e Prefeitura Municipal de Curitiba.

Era o que tinha a dizer, em nome da Bancada do PSDB.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Senhor Presidente, gostaria de registrar um voto de pesar, pelo falecimento de Carlos Augusto Aldenucci e seu filho, que era Secretário do Governador Álvaro Dias, trabalhava no Palácio Iguazu e que era conhecido por nós, popularmente por Kaka.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Mantida a decisão da Mesa.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, eu lhe pediria que não votássemos as emendas, Senhor Presidente, elas são iguais às demais.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência apresenta uma emenda que não representa o que o Senhor Governador do Estado solicitou. Estou aqui com o projeto de Sua Excelência, aprovado em 1.^a discussão, foi retirado da Ordem do Dia por várias sessões, e a emenda de Vossa Excelência é totalmente inconteste e é matéria que já está tramitando nesta Casa. Se Vossa Excelência quiser recorra ao Ple-

nário.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, solicitaria de Vossa Excelência que suspendesse a sessão para que nós pudéssemos conversar com as lideranças partidárias.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Impossível. Vossa Excelência recorra da minha decisão.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Bom, sinceramente eu pretendo dialogar melhor com Vossa Excelência. Mas a decisão de Vossa Excelência é deixar as quatro emendas que apresentei sem...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - As quatro emendas porque fazem parte de Mensagens Governamentais.

O SR. FERRARI JÚNIOR - Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tem a palavra, pela ordem, o Deputado Ferrari Júnior.

O SR. FERRARI JÚNIOR (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu acho que a posição adotada por Vossa Excelência é correta. E o Deputado Caíto Quintana cometeu um equívoco, há poucos instantes, quando dizia que nós estamos votando emendas sobre esse projeto, originário deste Deputado e da Bancada do PRN. Não é verdade, nós estamos com emendas sobre um projeto de lei do ano de 1989, pois Vossa Excelência acatou as emendas sobre esse projeto; e Vossa Excelência tem razão quando diz que a emenda do Deputado Caíto Quintana deve acompanhar a Mensagem de Sua Excelência, o Governador, que está na Casa. Então, eu acho que a posição adotada por Vossa Excelência é correta.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai solicitar ao Senhor 1.^o Secretário que proceda à leitura da Emenda do Deputado Caíto Quintana e da Mensagem do Senhor Governador do Estado, a fim de que a Assembléia tenha uma idéia.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO (Werner Wanderer) - Lê a emenda ao Projeto de Lei n.^o 260/89.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO (Werner Wanderer) - ...Lê a emenda ao Projeto de Lei n.^o 260/89, e lê a Mensagem do Senhor Governador.

O SR. ALGACI TÚLIO - Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tem a palavra, pela ordem, o Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela ordem) - Senhor Presidente, eu me posicionei favoravelmente à Emenda do Deputado Caíto Quintana e dos demais companheiros da Bancada do PMDB, porque acho que é o momento de darmos uma solução para o caso. Evidentemente que há o seu posicionamento, como Presidente da Casa, em função de que existe uma Mensagem do Senhor Governador e que é do ano de 88. Então, nós queremos saber também neste momento, Senhor Presidente, porque é que esta Mensagem ficou parada na Casa desde 1988? Existe ainda, inclusive, um pedido de Regime de Urgência, assinado pelo Deputado Artagão Mattos Leão, que data do dia 21 de dezembro de 88; existe um Parecer da Comissão de Obras Públicas Transporte e Comunicações como Parecer favorável ao projeto de venda do imóvel.

Então, desde que Vossa Excelência já tomou posição de não aceitar a Emenda, que esta Mensagem venha, urgentemente, para este Plenário a fim de que possamos votar e que o casarão desapareça o mais rápido possível, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Basta que Vossa Excelência requeira a inclusão na Ordem do Dia. Ela foi retirada, a pedido do Deputado Nereu Massignan, em 11/01/90.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela ordem) - Senhor Presidente, Vossa Excelência já está antecipando que as outras três emendas apresentadas também serão incorporadas ao projeto de reforma.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - As emendas constam da Mensagem Governamental, inclusive uma das Emendas que manda vender a Instância Hidromineral de Santa Clara já foi rejeitada pela Casa. Vossa Excelência tinha que ter renovado com vinte e oito assinaturas.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela ordem) - Qual Emenda que Vossa Excelência cita?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Santa Clara.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela ordem) - Foi apreciada, quando esta Emenda? Não foi apreciada!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Quando foi da alienação do imóvel em Guaratuba foi apresentada uma Emenda rejeitando a doação.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela ordem) - Não a alienação da área, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não, a suspensão da alienação.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela ordem) - Senhor Presidente, eu pediria vênias uma vez mais para que nós pudéssemos conversar, as Lideranças, a respeito das Emendas.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Eu não vou aceitar as Emendas de Vossa Excelência porque elas são apresentadas em 3.^a discussão e não vai sobrar para o Plenário outra alternativa a não ser rejeitá-las ou aprová-las, nem subemenda será possível apresentar, Deputado.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela ordem) - Mas, é regimental, Senhor Presidente, que se apresente emenda em 3.^a votação. Hoje mesmo foram apresentadas duas emendas e votadas em 3.^a votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Eu compreendo a manifestação de Vossa Excelência. Vossa Excelência pode requerer da minha decisão para o Plenário.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela ordem) - Senhor Presidente: estou encaminhando à Mesa, então, um pedido de urgência para inclusão em Ordem do Dia desse projeto.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, para que nós possamos tentar conversar com as Lideranças e como eu acho que não pode mais continuar a Casa votando emendas idênticas - umas aceitas; outras não aceitas - eu pediria vênias aos companheiros do PMDB que nós nos reuníssemos na sala das Lideranças. Eu não vejo o Parlamento desta forma. Eu aceito nós perdemos em votação, mas eu não aceito a questão de que nós possamos votar algumas emendas e não votar outras!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Depende da emenda. Se V.Exa. apresenta emenda já consubstanciada em Mensagem Governamental, V.Exa. está agindo contra o Regimento Interno.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela ordem) - Mas as demais Emendas que eu tenho na Mesa, Senhor Presidente, não constam de Mensagem, são emendas ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Constan de Mensagem, mas eu transfiro a votação desta matéria para a Sessão de amanhã.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela ordem) - Desta matéria toda? Perfeito.

Curitiba, segunda, em 14.05.90

Pág. 21

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Desta matéria toda e, aí, V.Exa...

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela ordem) - Excluindo as que já foram votadas, não é, Senhor Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - As Emendas votadas já estão liquidadas.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 272/89, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que altera o inciso I do Artigo 9° da Lei n° 8.933/89, e acrescenta o inciso III e § 1° ao artigo 10. (ICMS). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Com EMENDAS de Plenário.

Por solicitação do autor, o Projeto de Lei n° 272/89, foi retirado da Ordem do Dia por 2 (duas) sessões.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 341/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 77/89) que autoriza o Poder Executivo a anuir na escritura de permuta das datas de terras que especifica, entre a Associação Comercial e Industrial de Arapongas e o Município de Arapongas. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 163/90, de autoria do Deputado LAURO LOBO ALCANTARA, que declara de Utilidade Pública a "FUNDAÇÃO DE INCENTIVO AO ESPORTE AMADOR DE CORNÉLIO PROCÓPIO -FUNCICOP" com sede e foro na cidade de Cornélio Procópio. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 273/90, de autoria do Deputado PIRAJÁ FERREIRA, que dá nova redação ao artigo 1° da Lei n° 9.016, de 15 de junho de 1989. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 27/90, de autoria do Deputado JOÃO ARRUDA, que autoriza a realização e plebiscito na área que especifica formada de parte dos Municípios de Enéas Marques e do Salto do Lontra, para criação do Município de NOVA ESPERANÇA DO OESTE. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 30/90, de autoria do Deputado JOÃO ARRUDA, que autoriza a realização e plebiscito na área que especifica, no Município de Santo Antônio do Sudoeste para a criação do Município de PINHAL DE SÃO BENTO. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n°

19/90, de autoria do Deputado ANTÔNIO ANNIBELLI, que assegura o vale transporte e vale refeição ao servidor público, conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE LEI N° 019/90

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado Antônio Annibelli, objetiva assegurar aos servidores públicos a percepção do benefício do vale transporte e vale refeição.

Ao proceder-se a sua análise notamos o amplo alcance social em favor dos servidores públicos civis do Estado do Paraná, pois há muito urgem-se providências nesse sentido, tendo a medida oportunidade e mérito.

Sendo assim, esta Comissão Geral dá seu parecer FAVORÁVEL, opinando pela APROVAÇÃO do presente plano de lei, nada encontrando que possa impedir a sua normal tramitação processual legislativa.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Sessões, em 09.05.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

FERRARI JÚNIOR

Relator

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, pela ordem.
(Assentimento).

Embora nós acreditemos que é de plena justiça a instituição do vale-transporte e do vale-refeição ao servidor público e como demais a todo o trabalhador brasileiro, o vale-refeição não tem regulamentação, inclusive, da própria Constituição até o presente instante. Razão pela qual nós votaremos contrários a presente matéria.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Senhores Deputados que rejeitam o projeto queiram levantar-se.

13 Senhores Deputados rejeitam.

Senhores Deputados que aprovam queiram levantar-se.

20 Senhores Deputados aprovam.

Está aprovado o projeto.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 20/90, de autoria do Deputado ANTÔNIO ANNIBELLI, que concede incentivos fiscais destinados ao reflorestamento (nativas, exóticas e frutíferas), conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE LEI N° 20/90

P A R E C E R:

ANTÔNIO ANNIBELLI

Relator

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Antônio Annibelli, tem por finalidade conceder incentivos fiscais destinados ao reflorestamento (nativas, exóticas e frutíferas), conforme especifica.

Formalmente, a matéria apresenta-se irretocável, situando seu objeto na esfera de atuação do Poder Legislativo inexistindo dessa forma, óbice à aprovação do presente projeto.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 09.05.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

FERRARI JÚNIOR

Relator

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, apenas para justificar, senão acaba transformando unanimidade. O Projeto de Lei n° 20/90 nós também votamos contrários, embora tenhamos perdido, votamos contrários.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com o voto contrário da Bancada do PMDB está aprovado o projeto.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 98/90, de autoria do Deputado FERRARI JÚNIOR, que concede pensão mensal à Senhora Vitória Santoro Urbano, viúva de João Urbano, ex-Prefeito de Nova Esperança. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 98/90

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado Ferrari Júnior, objetiva conceder uma pensão mensal no valor de 02 (dois) salários-mínimos, à Senhora VITÓRIA SANTORO URBANO, viúva de João Urbano, ex-Prefeito do Município de Nova Esperança.

Conforme a justificativa que acompanha a matéria, a medida é plenamente justa e oportuna, já que seu esposo faleceu de câncer e todos os gastos para vencer a doença não foram suficientes, deixando a citada viúva em completo desamparo.

Sendo assim, esta Comissão Geral dá seu parecer FAVORÁVEL, opinando pela APROVAÇÃO, nada encontrando que possa impedir a sua normal tramitação processual legislativa.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Sessões, em 09.05.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 208/90, de autoria do Deputado JOSÉ ROGÉRIO E OUTROS, que altera a Lei n° 7.208, de 15 de outubro de 1979, e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 208/90

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado Ferrari Júnior e outros, visa alterar a Lei n° 7.208, de 15 de outubro de 1979, que objetiva solucionar a situação dos servidores admitidos com base na Lei n° 6.508, de 13 de dezembro de 1973.

Ao proceder-se a sua análise, notamos a sua elevada justeza e alcance social em favor dos referidos servidores.

Sendo assim, esta Comissão Geral dá seu parecer FAVORÁVEL, opinando pela sua APROVAÇÃO, nada encontrando que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Sessões, em 09.05.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

ANTÔNIO ANNIBELLI

Relator

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 261/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 86/90), que autoriza o Poder Executivo a firmar com os Municípios de Maringá, Francisco Beltrão e Ponta Grossa, termo de cessão de uso de imóveis havidos pelo Estado, com áreas e localizações, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 261/90

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, encaminhado a este Poder por Sua Excelência o Senhor Governador do Estado, através da Mensagem n° 086/90, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a firmar com os Municípios de Maringá, Francisco Beltrão e Ponta Grossa, termo de cessão de uso de imóveis havidos pelo Estado, com áreas e localizações que especifica.

Analisando o projeto, verificamos que não há óbice que impeça a sua normal tramitação neste Poder.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 09.05.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente
JOSÉ ALVES
Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 169/86, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que cria o Município de IRACEMA DO OESTE, com território desmembrado do Município de Formosa do Oeste. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 76, de 05.08.86).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 169/89

P A R E C E R:

O projeto de lei em tela, de autoria do nobre Deputado Anibal Khury, objetiva CRIAR O MUNICÍPIO DE IRACEMA DO OESTE, com território desmembrado do Município de Formosa do Oeste, com sede na localidade do mesmo nome e divisas que especifica.

Da justificativa apresentada a que acompanha a presente proposta, o atual Distrito de IRACEMA DO OESTE preenche os requisitos exigidos para que venha a ser elevado à condição de Município, de acordo com os artigos 5° e 6° da Lei Complementar n° 27, de 08/01/86 (LEI ORGÂNICA DOS MUNICÍPIOS).

Esta Douta Comissão de Constituição e Justiça chamada a opinar de conformidade com o artigo 48 do Regimento Interno desta Casa, vem a entender que nos planos legal, constitucional ou regimental, inexistem óbices à tramitação normal da proposta pelos demais órgãos desta Colenda Casa.

Nestas Condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO, na forma do projeto de resolução em anexo.

Sala das Comissões, em 08.08.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS
Presidente
HERMAS BRANDÃO
Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 202/90, de autoria do Deputado ANTÔNIO ANIBELLI, que autoriza a realização de plebiscito objetivando a transferência de área territorial dos Municípios da Lapa e Araucária para o Município de Contenda. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no D.A. n° 33, de 03.04.90).

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Paulo Furiatti, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, por 20 (vinte) sessões, do Projeto de Lei n° 202/90. - Fica portanto, retirada da Ordem do Dia por 20 (vinte) sessões o Projeto de Lei n° 202/90.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 282/90, de autoria do Deputado ARTAGÃO

MATTOS LEAO, que autoriza o Poder Executivo a permutar área de terreno de sua propriedade, pela área de terreno de propriedade do IPE, localizadas no Município de Curitiba e doar à Fundação Cardíaco - Fundação de Amparo a Pesquisa em Doenças Cardiovasculares, área de terreno localizada à Rua Arthur Bernardes, nesta Capital, conforme especifica. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 48, de 07.05.90).

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 288/90, de autoria da COMISSÃO EXECUTIVA, que revoga a letra "g", do artigo 6° da Lei n° 6639/74, alterada pela Lei n° 7771/83. Aprovado.

PROJETO DE LEI N° 288/90
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica revogada a letra "g", do artigo 6° da Lei 6639/74, alterada pela Lei 7771/83.

Art. 2° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.05.90.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 289/90, de autoria do Tribunal de Justiça, que altera a Lei n° 7.297, de 08 de janeiro de 1980 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná) e adota outras providências. Aprovado.

PROJETO DE LEI N° 289/90
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - A Lei n° 7.297, de 08 de janeiro de 1980 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná), passa a vigorar com as seguintes alterações:

O art. 99 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 99. Os Juízes de Direito das comarcas de Cascavel, Curitiba, Foz do Iguaçu, Londrina, Maringá e Ponta Grossa serão substituídos por Juízes de Direito Substitutos, observada a Seção Judiciária respectiva, ou por designação do Presidente do Tribunal de Justiça que, excepcionalmente, poderá se valer de Juízes Substitutos".

O art. 207, incisos III, IV e VI passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 207.

III - 131 (cento e trinta e um) Juízes de Direito de entrância final, sendo:

a) 97 (noventa e sete) Juízes de Di-

reito titulares de varas;

b) 34 (trinta e quatro) Juízes de Direito Substitutos.

IV - 101 (cento e um) Juízes de Direito de entrância intermediária.

VI - 36 (trinta e seis) Juízes Substitutos".

O art. 208, caput, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 208. As comarcas, segundo a importância do movimento forense, densidade demográfica, situação geográfica, posição como sede de seção judiciária, serão classificadas em três "entrâncias: inicial, intermediária e final, reservada esta para as de Cascavel, Curitiba, Foz do Iguaçu, Londrina, Maringá e Ponta Grossa".

O art. 209, incisos I e II, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 209.

I - De entrância final: 1. Cascavel; 2. Curitiba; 3. Foz do Iguaçu; 4. Londrina; 5. Maringá e 6. Ponta Grossa.

II - De entrância intermediária: 1. Apucarana; 2. Arapongas; 3. Araucária; 4. Assis Chateaubriand; 5. Astorga; 6. Bandeirantes; 7. Bela Vista do Paraíso; 8. Cambé; 9. Campo Largo; 10. Campo Mourão; 11. Capanema; 12. Castro; 13. Cianorte; 14. Colombo; 15. Cornélio Procopio; 16. Cruzeiro do Oeste; 17. Francisco Beltrão; 18. Goioerê; 19. Guaíra; 20. Guarapuava; 21. Ibaiti; 22. Ibiporã; 23. Irati; 24. Ivaiporã; 25. Jacarezinho; 26. Lapa; 27. Laranjeiras do Sul; 28. Loanda; 29. Marechal Cândido Rondon; 30. Medianeira; 31. Nova Esperança; 32. Palmas; 33. Paranaguá; 34. Paranaíba; 35. Pato Branco; 36. Peabiru; 37. Piraquara; 38. Pitanga; 39. Rio Branco do Sul; 40. Rio Negro; 41. Rolândia; 42. Santo Antônio da Platina; 43. Santo Antônio do Sudoeste; 44. São José dos Pinhais; 45. Telêmaco Borba; 46. Toledo; 47. Umuarama; 48. União da Vitória; 49. Wenceslau Braz".

O art. 210, com relação às 30.^a e 31.^a Seções Judiciárias, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 210. São as seguintes as Seções Judiciárias:

- 30.^a Comarca de Foz do Iguaçu;

- 31.^a Comarcas de Medianeira, Matelândia, Capitão Leônidas Marques, Catanduvas e São Miguel do Iguaçu".

Art. 2.^o - Fica elevada à entrância final a comarca de Foz do Iguaçu.

Art. 3.^o - Ficam criados 5 (cinco) cargos de Juiz de Direito de entrância final e 1 (um) cargo de Juiz de Direito Substituto (Foz do Iguaçu).

Art. 4.^o - Ficam extintos 5 (cinco) cargos de Juiz de Direito de entrância intermediária (Foz do Iguaçu) e 2 (dois) cargos de Juiz Substituto.

Art. 5.^o - As despesas decorrentes da

execução desta Lei correrá à custa das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Art. 6.^o - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

(a) TRIBUNAL DE JUSTIÇA

JUSTIFICATIVA:

Foz do Iguaçu se alinha, hoje, como o município que mais cresce no Estado do Paraná. Conta, atualmente, com 250.000 habitantes e 102.400 eleitores.

Registra uma população flutuante de 70.000 pessoas. Seu potencial turístico, fruto de uma natureza privilegiada, e sua localização geográfica, na fronteira com Argentina e Paraguai, atraem visitantes oriundos do mundo todo.

A construção da Itaipu Binacional aumentou consideravelmente a população da cidade.

Tem, a cidade, 22.800 leitos de hotéis classificados.

Essa situação, por certo, impõe o aperfeiçoamento da máquina judiciária, razão pela qual se propõe que a Comarca de Foz do Iguaçu seja elevada à última categoria de entrância, idêntica a de Cascavel, Maringá, Londrina, Ponta Grossa e Curitiba.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.^o 401/89, de autoria do Deputado Werner Wanderer, que cria o Município de Entre Rios do Oeste, com território desmembrado do Município de Marechal Cândido Rondon, com sede na localidade do mesmo nome e divisas que especifica. Aprovado. (Publ. no D.A. n.^o 120, de 15.12.89).

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.^o 406/89, de autoria do Deputado Lindolfo Júnior, que padroniza as placas indicativas de obras do Estado e dá outras providências. Aprovado. (Publ. no D.A. n.^o 120, de 15.12.89).

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.^o 267/90, de autoria do Deputado Werner Wanderer, que cria "ad referendum" do resultado do plebiscito, o Município de Pato Bragado, desmembrado de Marechal Cândido Rondon, conforme especifica. Aprovado. (Publ. no D.A. n.^o 42, de 23.04.90).

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.^o 281/90, de autoria do Deputado Lauro Lobo Alcantara, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itapejara D'Oeste os lotes que especifica, para implantação do Projeto Piloto de Construção de Habitações Populares à população de baixa renda. Aprovado. (Publ. no D.A. n.^o 47, de 03.05.90).

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 55/90, de autoria do Deputado Gernote Kirinus, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de Marechal Cândido Rondon, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Quatro Pontes, desmembrando-o de Marechal Cândido Rondon. Aprovado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 55/90
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito, na área adiante descrita, no Município de Marechal Cândido Rondon, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Quatro Pontes, desmembrando-o de Marechal Cândido Rondon.

"Tem como ponto inicial e final a foz da Sanga Crissiumal no Arroio Guaçu. Sobe pelo Arroio Guaçu divisa intermunicipal com Nova Santa Rosa e Toledo até a foz da Sanga Funda. Sobe por esta até a sua nascente (divisa intermunicipal com Toledo). Deste ponto por linha seca e reta rumo sudoeste até a nascente da Sanga Cristal. Descendo por esta até a sua foz no Lageado Azul. Descendo por este até o Lageado Três Voltas, subindo por este até a divisa dos lotes 9 e 8, seguindo por esta divisa lote 08 (inclusive) e 09 (exclusive) até a divisa dos lotes 10 e 07 (inclusive) e 10 (exclusive) por esta divisa até a nascente do Arroio Fundo, descendo por este até a sua nascente. Deste ponto pela divisa dos lotes 37, 72, 50, 49 e 36 (exclusive) e lotes 38, 69, 13, 21 e 35 (inclusive) até o Arroio Quatro Pontes. Descendo por este até a divisa dos lotes 154, 153 (exclusive) e 151 e 152 (inclusive) por esta divisa até a nascente da Sanga Crissiumal, descendo por esta até a sua foz do Arroio Guaçu, ponto inicial e final".

PERÍMETRO URBANO:

"Tem como ponto inicial e final a divisa da Chácara 97 na Rua Bagé. Do ponto inicial segue pelas divisas das Chácaras 97, 1 e 12 (exclusive) e quadras 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10 (inclusive) até a Rua São Leopoldo, segue por esta até a Rua 7 de Abril, por esta até a Rua Santa Cruz, por esta até a Divisa das Chácaras P.20, P.11; P.10 e P.1 (exclusive) e Quadras 68, 67, 66, 65, 64, 63, 62 e 61 (inclusive) até a Rua Bagé; Rua Bagé até a divisa da Chácara 97, ponto inicial e final".

Art. 2° - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.03.90.

(aa) WERNER WANDERER
GERNOTE KIRINUS

DISCUSSÃO ÚNICA - Da Proposição n° 47/90, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que ratifica o convênio celebrado em 23/03/90, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - SEAB, e o Município de Curitiba, visando a proteção, conservação, manutenção e fiscalização do Parque Estadual João Paulo II. Aprovado.

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, O GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO - SEAB, E DE OUTRO, A PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, TENDO POR OBJETO A ADMINISTRAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL PAPA JOÃO PAULO II.

Aos 23 dias do mês de março do ano de hum mil, novecentos e noventa, nesta cidade de Curitiba - Paraná, o Estado do Paraná, representado por seu Governador, Álvaro Fernandes Dias, através de sua Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, doravante denominada SEAB, CGC/MF n° 76.416.957/0001-85, com sede na Rua dos Funcionários n° 1559, em Curitiba - PR, neste ato representada por seu titular Osmar Fernandes Dias. O Instituto de Terras, Cartografia e Florestas, CGC/MF n° 75.110.221/0001-11, doravante denominado ITCF, com sede em Curitiba - PR, na Rua Desembargador Motta n° 3384, neste ato representado pelo seu Presidente Stênio Sales Jacob, e o Município de Curitiba, representado neste ato, por seu Prefeito, Jaime Lerner, através de sua Secretaria Municipal do Meio Ambiente, doravante denominado SMMA, CGC/MF n° 76.417.005/0013-10, com sede na Rua Manoel Ribas, 2727, em Curitiba - PR, neste ato representada por seu titular Hitoshi Nakamura, resolvem celebrar o presente Convênio, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Este Convênio tem por objetivo estabelecer regime de estreita e mútua colaboração entre o Estado do Paraná e o Município de Curitiba, visando a proteção, conservação, manutenção e fiscalização do Parque Estadual Papa João Paulo II, localizado no Centro Cívico, município de Curitiba, de acordo com a legislação pertinente.

CLÁUSULA SEGUNDA

São obrigações das partes:

I - Do Estado do Paraná através da SEAB/ITCF:

a) repassar ao Município de Curitiba, a administração e manutenção do Parque João Paulo II;

b) auxiliar, quando necessário, na fiscalização dos recursos naturais do Par-

II - do município de Curitiba através da SMMA:

a) responder pela administração do Parque;

b) fiscalizar os recursos naturais renováveis;

c) executar a manutenção do Parque;

d) elaborar Plano de Manejo para a área atentando para o que dispõe o Decreto n° 84.017 de 21/09/79, em conjunto com os técnicos do ITCF.

CLÁUSULA TERCEIRA

O presente instrumento não gera ônus direto aos convenientes, nem vínculos empregatícios com as pessoas envolvidas nos trabalhos dele decorrente.

CLÁUSULA QUARTA

Este Convênio terá vigência de 05 (cinco) anos, a contar da data da assinatura, podendo ser alterado e/ou prorrogado mediante Termo Aditivo, bem como, rescindido de comum acordo entre as partes, ou unilateralmente, por inadimplemento de quaisquer de suas cláusulas ou condições.

CLÁUSULA QUINTA

Fica eleito o Foro da Comarca de Curitiba - PR, para dirimir as questões que eventualmente venham a ser suscitadas com a execução deste Convênio, que não possam ser resolvidas de comum acordo entre as partes.

E, para firmeza e validade do que pelos convenientes ficou acordado, firmam este Instrumento em 05 (cinco) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Curitiba, 23 de março de 1990.

(a) ÁLVARO FERNANDES DIAS

Governador do Estado do Paraná

JAIME LERNER

Prefeito do Município de Curitiba

OSMAR FERNANDES DIAS

Sec. Est. Agricultura e Abastecimento

HITOSHI NAKAMURA

Sec. Munic. Meio Ambiente de Curitiba

STÊNIO SALES JACOB

Presidente do ITCF

DISCUSSÃO ÚNICA - Da Proposição n° 59/90, de autoria da Comissão Executiva, que revoga as proposições números 117/84 e 84/87, deste Poder.

Proposição Única n° 056/90.

Art. 1° - Ficam revogadas as Proposições números 117/84 e 84/87, deste Poder.

Art. 2° - Esta proposição entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todos os atos decorrentes das Proposições mencionadas no "caput" do artigo 1° e

Curitiba, segunda, em 14.05.90

demaís disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 08.05.90.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO N° 084/87

SÚMULA: Altera dispositivos da proposição n° 117/84.

Art. 1° - A partir do exercício de 1988, o dispositivo no artigo 2°, da proposição n° 117/84, corresponderá a 250 (duzentos e cinquenta) O.T.N., reajustadas mensalmente, permanecendo inalterados os demais dispositivos.

Art. 2° - Esta Proposição entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

HERMAS BRANDÃO

Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO N° 117/84

SÚMULA: Dispõe sobre a dotação em representação dos Gabinetes Parlamentares.

Art. 1° - A dotação consignada em REPRESENTAÇÃO DOS GABINETES serão creditadas às contas dos Srs. Deputados, os quais ficarão ... pela regularidade das aplicações.

Art. 2° - A partir do exercício de 1985, cada Deputado terá o direito a 530 (quinhentos e trinta) valores de referência como crédito a conta de Representação de Gabinete Parlamentares.

Parágrafo Único - Os valores de referência para cálculo do disposto "caput" deste artigo, serão os adotados em Curitiba, em 01 de maio do ano imediatamente superior ao início da vigência dos créditos

Art. 3° - Até 15 de dezembro do ano em curso ao crédito, o Deputado deverá prestar contas à Comissão de Tomada de Contas, que aprovando-as comunicará à Comissão Executiva, a qual remeterá à Diretoria Geral, para que se processe a baixa de responsabilidade, com o recolhimento do saldo se houver.

Parágrafo Único - O Deputado que não atender o prazo deste artigo, não poderá receber novos créditos de REPRESENTAÇÃO DOS GABINETES PARLAMENTARES, até que tenha a sua prestação de contas aprovada.

Art. 4° - Esta proposição entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12.04.84

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

EDMAR LUIZ COSTA

Relator

Sobre a referida proposição, Parecer da Comissão Geral, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL

A PROPOSIÇÃO N° 056/90

A presente proposição tem por finalidade revogar as Proposições n°s 117/84 e 84/87, que regulamentam dotações orçamentárias do Poder Legislativo aos Gabinetes Parlamentares.

Tratando-se de matéria de competência do próprio Poder Legislativo e não existindo óbice de natureza legal, constitucional ou regimental, opinamos pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em . . .

(aa)

Presidente

Relator

Em votação.- Aprovado.

Sobre a mesa, requerimento de n° 1247, de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1244, 1243, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1238, 1239, 1240, 1241, de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constantes do expediente.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1233, de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1231, de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente de sessão anterior.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1219, de autoria do Senhor Deputado Raul Lopes, constante do expediente de sessão anterior.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1235, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente.- Designo os Senhores Deputados Orlando Pessuti e Sabino Campos.

Requerimento n° 1263, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1250, de autoria do Senhor Deputado Luciano Pizzatto, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1249, de autoria do Senhor Deputado Luciano Pizzatto, constante do expediente.- Em discussão.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de n° 1226, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1251, de autoria do Senhor Deputado Luciano Pizzatto, constante do expediente.- Em Discussão.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimentos de n°s 1262, 1237, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1246, de autoria do Senhor Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata.)

Requerimento de n° 1227, de autoria do Senhor Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente de sessão anterior.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1245, de autoria do Senhor Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1217, 1218, de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constantes do expediente de sessão anterior.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1254, 1242, de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constantes do expediente.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1253, de autoria do Senhor Deputado Pirajá Ferreira, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1257, de autoria do Senhor Deputado Neivo Bexaldin, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1264, de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1234, de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1220, de autoria do Senhor Deputado Raul Lopes, constante do expediente de sessão anterior.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1236, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessutti, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1248, de autoria do Senhor Deputado Luciano Pizzatto, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1232, de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constante do expediente de sessão anterior.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1255, de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

A Mesa anuncia que às 18 horas será encerrado o prazo para apresentação de emendas e designa para coordenador dos relatores o Deputado Luciano Pizzatto.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, não são 4 relatores?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - É o coordenador.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, eu consultaria à Mesa para não haver atrapalho: o Deputado Pessutti tinha sido indicado pela Mesa e deve viajar amanhã a Brasília...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Deputado Mário Pereira é o indicado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 15, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 260/90.

3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 159/89; 19, 20, 98, 208 e 261/90.

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 169/86; 401 e 406/89; 85, 282, 288, 289, 267 e 281/90.

e do Projeto de Resolução nº 55/90.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução nºs 37 e 08/90.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO JOÃO ARRUDA, EM SESSÃO DE 14 DE MAIO DE 1990.

"O CRIME CHAMADO RASPINHA"

Fl. de Londrina 11/05/90.

Neste inferno de jogo em que o Brasil já se tornou, acaba de surgir a mais deletéria de todas as formas de jogatina, a tal "Raspinha", recém-lançada no Paraná. A "loteria instantânea" funciona como um autêntico caça-níqueis - que existem em cassinos proibidos no Brasil - porque tudo se consoma num ato só: a pessoa compra a cartela, raspa, se ganhou (o que não é o mais comum), joga fora e compra outra. Às vezes ganha uns trocados, aí joga até quando o dinheiro acabar. É ótima para todas as idades e já existem muitas crianças jogando o lanche, assim como há adultos jogando o leite e o pão da família. Fácil, rápida e garantida para deixar o apostador sem nada.

Neste Brasil desesperançado, com o povo vivendo mergulhado no atoleiro do subdesenvolvimento, sem qualquer sonho de conseguir sair das dificuldades pela via do trabalho, o jogo acabou se tornando opção de solução para milhões. Isto com o aval do Governo, que é o grande banqueiro no país e que tem na jogatina uma imensa fonte de renda. Os tipos de jogo existentes, embora igualmente nocivos, têm uma particularidade: demandam algum prazo. Isto é, a pessoa faz o jogo e espera o sorteio. Sonha por alguns dias. Com a "raspinha" este hiato foi superado. Não há tempo para Sonhos. É comprar, raspar, jogar fora e comprar de novo, e a sequência só termina com o fim do dinheiro do apostador. Dinheiro que, certamente, seria destinado a outra coisa mais útil.

É um crime, um atentado, um assalto, que atinge indiscriminadamente adultos e crianças e que produz enormes malefícios. No momento em que sequer há aulas nas escolas públicas, o Estado do Paraná oferece a seus estudantes uma "aula de como ganhar fácil a vida". Pior que é uma mentira, pois neste, como em todos os tipos de jogos bancados pelo Governo - federal ou estadual - quem ganha, sempre e bem, é o banqueiro.

O governador Álvaro Dias precisa acabar com esta imoralidade, imediatamente. Sem meios termos, sem meias medidas. Tem que ir além, proibindo também que entre no Estado a "raspadinha" paulista, igual à "raspinha" paranaense. Se o Governo se volta, acertadamente, contra o "bingão da TV", com maior razão tem que suspender este assalto que se está fazendo aos paranaenses, com a mentira da "raspinha", um verdadeiro conto do vigário oficial, um instrumento desagregador, um roubo ao pouco dinheiro que as pessoas têm. Ao invés de ensinar às crianças práticas produtivas

vas, os idealizadores dos subsolos do Palácio Iguaçu lhes ensinam a jogatina!

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO, EM SESSÃO DO DIA 14 DE MAIO DE 1990.

EXTINTO O CLUBE DA SODA "HÉLIO BRANDÃO"

A todos nossos colaboradores que incentivaram a realização de uma grande obra, conseguindo salvar mais de quinhentas crianças, vítimas da soda cáustica, o nosso agradecimento.

Caminhamos juntos, colaborador e Diretoria, estendendo mãos unidas, às Irmãs de Caridade de São Vicente de Paulo, do Hospital Nossa Senhora das Graças, seguindo as palavras de São Vicente de Paulo: "Como

vos deveis sentir felizes por terdes merecido tão grande graça, sobretudo, sabendo que é por vossos cuidados e desvelos que ESTAS CRIANÇAS VIVEM!"

O mérito alcançado, terminando quase totalmente o problema que atingiu às crianças, não é só de uma Diretoria, mas também a "você" que estendeu sua mão amiga.

Comunicamos que, com a extinção do Clube da Soda, reverteu à Província Brasileira de São Vicente de Paulo, estando as Irmãs do Hospital Nossa Senhora das Graças, utilizando-o para creche de filhos de funcionários mais carentes.

Alcançamos uma vitória, agradecemos a Deus.

Curitiba, 5 de janeiro de 1990. Os/140f121

TEREZINHA RUPOLLO

Presidente